

Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas

Porto Sudeste do Brasil S.A.

31 de dezembro de 2019
com Relatório do Auditor Independente

Porto Sudeste do Brasil S.A.

Demonstrações financeiras individuais e consolidadas

31 de dezembro de 2019

Índice

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas.....	1
Demonstrações financeiras	
Balancos patrimoniais.....	5
Demonstrações dos resultados.....	7
Demonstrações dos resultados abrangentes.....	8
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido.....	9
Demonstrações dos fluxos de caixa.....	11
Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas...	12

Relatório da Administração

1. Mensagem da Administração

A Administração da Porto Sudeste do Brasil S.A. - (“Porto Sudeste” ou “Companhia”), em observância aos preceitos legais e de acordo com a Legislação societária vigente vem submeter a apreciação de V.Sas. as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acompanhadas das respectivas notas explicativas e relatório dos auditores independentes, relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019. Estamos à disposição de V.Sas. para quaisquer esclarecimentos. Ao encerrarmos o exercício de 2019, a Diretoria externa seu reconhecimento aos fornecedores, empregados e bem como a todos os demais colaboradores por sua dedicação e empenho.

2. Relacionamento com auditores independentes

Em atendimento à Instrução CVM nº 381/2003, informamos que a Ernst & Young Auditores Independentes S/S (“EY”) presta serviços de auditoria externa relacionados ao exame das demonstrações financeiras da Companhia.

Na contratação de serviços não relacionados à auditoria independente, a Companhia adota procedimentos que se fundamentam na legislação aplicável e nos princípios internacionalmente aceitos que preservam a independência e objetividade do auditor. Esses princípios consistem em: (i) o auditor não deve auditar seu próprio trabalho; e (ii) o auditor não deve atuar, gerencialmente, perante seu cliente nem tampouco promover os interesses desse cliente.

A EY declarou à Companhia que não existe qualquer vínculo ou situação de fato que configure conflito de interesses, inviabilizando o exercício da sua atividade de forma independente.

3. Explicações da Administração com relação aos títulos de remuneração variável

Títulos de remuneração variável

Em decorrência da conclusão da aquisição da Companhia em fevereiro de 2014, conforme descrito na Nota 1, a Companhia assumiu as obrigações relativas aos títulos de remuneração variável MMXM11, emitidos em 2011 em conexão com a aquisição da Porto Sudeste pela MMX. Para viabilizar a transferência dessa obrigação, a Companhia emitiu títulos de remuneração variável (títulos espelhos dos MMXM11) em termos similares ao MMXM11, por meio de dois veículos:

- FIP-IE Porto Sudeste Royalties: Um fundo de investimento em participações em infraestrutura para deter exclusivamente Títulos Port11, sendo que para cada Título Port11 devido pelo FIP-IE corresponderia uma Quota. As Quotas do FIP-IE foram ofertadas para os titulares de Títulos MMXM11 que se enquadrassem como investidores qualificados, nos termos da regulamentação da CVM, e que não tivessem restrições para deter quotas de FIP-IE.

- Porto Sudeste VM S.A.: Uma sociedade por ações com registro na CVM sob a categoria 'B', que emitiu um novo título de remuneração variável baseada em *royalties*, espelho do Título MMXM11 (os "Títulos PSVM11"), sendo tal título listado para negociação na B3 (ao contrário dos Títulos Port11, que não são admitidos para negociação na bolsa). Os Títulos PSVM11 foram ofertados para os detentores dos Títulos MMXM11 que (i) não se enquadrassem como investidores qualificados, ou (ii) tivessem restrições regulamentares para deter quotas de um FIP-IE.

A operação de permuta dos títulos não gerou impactos nas demonstrações financeiras da Companhia, uma vez que a obrigação já havia sido reconhecida com base nas cláusulas contratuais com os detentores finais dos títulos originais (MMXM11).

Através da conclusão da permuta dos títulos, a Companhia possui obrigação de pagamento aos veículos acima, que por sua vez possuem obrigação de pagamento aos detentores das cotas/títulos permutados.

Os detentores dos títulos mencionados têm direito à remuneração variável trimestral, apurada desde 1º janeiro de 2013, calculada com base na tonelagem métrica de minério de ferro ou pelo valor por tonelada para demais cargas, conforme o caso, da seguinte forma:

$$R = [(TMMF \times VpTMF) + (TMOC \times VpTDC)] * FP$$

Em que:

R = *royalties* devidos em relação a cada trimestre do exercício social

TMMF = Tonelagem Medida de Minério de Ferro embarcada no Porto no respectivo trimestre

TMOC = Tonelagem Medida de Outras Cargas embarcadas no Porto no respectivo trimestre

VpTMF = Valor por Tonelada para Minério de Ferro (como definido abaixo)

VpTDC = Valor por Tonelada para Demais Cargas (como definido abaixo)

FP = Fator Proporcional

Para cargas de minério de ferro: os *royalties* relativos às cargas de minério de ferro embarcadas no Porto em um determinado trimestre serão calculados considerando o valor de US\$5,00 por tonelada de minério de ferro ("valor por tonelada para minério de ferro"). Este valor será: (i) corrigido anualmente de acordo com a variação do US PPI calculado desde setembro de 2010; e (ii) convertido em reais com base na taxa de câmbio fechada no término do dia útil imediatamente anterior à data de seu efetivo pagamento.

Para as demais cargas: os *royalties* relativos às demais cargas que não sejam minérios de ferro (excluindo cargas não secas tais como atividades de abastecimento) conduzidas no Terminal Portuário serão calculados com base na margem da carga (como definido abaixo) ("valor por tonelada para demais cargas"). "Margem da carga" (a) significa a diferença entre o custo médio por tonelada (excluindo todos os itens não caixa) incorrido em relação aos serviços prestados pela Porto Sudeste relacionados a carga aplicável e o valor médio por tonelada efetivamente cobrado pela Porto Sudeste pelos serviços prestados em relação a tal carga; e (b) deve ser limitado, em qualquer circunstância, a US\$5,00 por tonelada embarcada.

O valor limite ajustado de US\$5,00 por tonelada para a margem da carga deve ser (i) corrigido anualmente de acordo com a variação do US PPI calculado desde setembro de 2010; e (ii) convertido em reais com base na taxa de câmbio fechada no término do dia útil imediatamente anterior à data de seu efetivo pagamento.

Anualmente, no 4º trimestre de cada exercício social, o montante de toneladas métricas efetivamente embarcadas no Porto durante o respectivo ano (“tonelagem medida”) será comparada com:

(a) relação aos anos entre 2013 e 2016, os volumes de *take-or-pay* indicados na tabela abaixo; e

(b) em relação aos anos seguintes, a quantidade de toneladas métricas a ser embarcada por meio do Porto no ano respectivo de acordo com todos os contratos de *take-or-pay* celebrados entre a Porto Sudeste ou suas subsidiárias vigentes no respectivo exercício social (“tonelagem *take-or-pay*”):

	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019
Tm	13,6	31,9	36,8	36,8	-	-	-

Se o valor da tonelagem *take-or-pay* menos o valor da tonelagem medida for um número positivo, então os valores dos *royalties* devidos em relação ao 4º trimestre de cada exercício social serão acrescidos do montante correspondente à multiplicação de tal número pelo valor por tonelada para minério de ferro ou pelo valor por tonelada para demais cargas, conforme o caso.

Na tabela a seguir é possível verificar a tonelagem realizada para efeito do cálculo acima descrito, considerando o ano de 2016 como sendo o início das operações comerciais da empresa após o comissionamento realizado em 2015:

	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019
Tm	-	-	-	7,1	9,5	10,7	16,4

Todo volume operado até o fim desse exercício é referente a minério de ferro, inexistindo demais cargas embarcadas.

Se, em um determinado trimestre civil, mediante o pagamento dos então correntes *royalties*, o caixa livre detido pela emissora e pela Porto Sudeste em conjunto for superior a (a) US\$25.000, nos exercícios sociais entre 2013 e 2017, ou (b) US\$10.000 nos exercícios sociais seguintes, em ambos os casos convertido em reais de acordo com a taxa de câmbio (“reserva mínima de caixa”), a emissora deverá usar os valores que excederem a reserva mínima de caixa (“caixa livre disponível”) para pagar os *royalties* efetivamente acumulados aos detentores dos títulos até o último dia de tal trimestre civil. Fica certo e ajustado que não há nenhuma obrigação da emissora de pagar tais valores adicionais aqui previstos, exceto se houver caixa livre disponível detido pela emissora no último dia de tal trimestre civil e até o limite de tal caixa disponível, “caixa livre” significa o valor correspondente a (i) a soma de (a) todos os valores disponíveis em caixa da Porto Sudeste em conjunto e (b) saldos positivos de todas as contas bancárias da emissora e da Porto Sudeste em conjunto (em qualquer instituição financeira) menos (ii) a soma da (a) quaisquer valores contribuídos pelos acionistas da Porto Sudeste por meio de aumento de capital ou empréstimo dos acionistas, na medida em que tais valores permaneçam como caixa disponível da Porto Sudeste, (b) conta reserva do serviço da dívida sênior do BNDES e da conta reserva do serviço da dívida sênior da CESCE, e (c) os valores de caixa provisionados pela Porto Sudeste em conjunto para IRPJ - Imposto de Renda de Pessoa Jurídica, CSLL - Contribuição Social sobre o Lucro Líquido e demais obrigações para as quais os auditores independentes da Porto Sudeste exijam provisionamento pela Porto Sudeste em conjunto.

Os *royalties* serão cumulativos, ou seja, no caso de em um determinado trimestre o caixa disponível para *royalties* apurado pela emissora não ser suficiente para permitir o pagamento, total ou parcial, dos *royalties* até então determinados, tais *royalties* não pagos deverão ser adicionados ao montante dos *royalties* do próximo trimestre. Os *royalties* apenas devem ser considerados devidos e pagáveis quando a Porto Sudeste tiver apurado caixa disponível para *royalties* suficiente para tanto.

Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia procedeu com os cálculos financeiros com o objetivo de identificar a existência de caixa líquido disponível e concluiu que o caixa líquido disponível é credor nesta data não tendo, dessa forma, a obrigatoriedade de liquidação dos títulos de *royalties*.

Caixa Disponível para Pagamento de <i>Royalties</i>	1° Tri 2019	2° Tri 2019	3° Tri 2019	4° Tri 2019
Receitas	92.745	133.247	188.925	144.826
Dividendos	-	-	-	-
Tributos Aplicáveis	(13.216)	(18.988)	(26.922)	(20.638)
Custo Caixa das Operações	(24.290)	(21.613)	(30.214)	(40.474)
Capex para Manutenção	(5.344)	(7.205)	(3.208)	(9.978)
Despesas Operacionais	(16.659)	(16.330)	(16.323)	(20.241)
Juros e Amortização da Dívida Sênior	(31.925)	(58.065)	(123.544)	(54.241)
Conta Reserva do Serviço da Dívida Sênior	-	-	-	-
Juros e Amortização da Dívida Sênior do Capital de Giro	(7.632)	(12.989)	(3.938)	-
Novas Provisões de Caixa Existentes	-	-	-	-
Total Caixa Disponível para Pagamento de <i>Royalties</i>	(6.052)	(1.942)	(15.224)	(745)

Caixa Disponível para Pagamento de <i>Royalties</i> Acumulados	1° Tri 2019	2° Tri 2019	3° Tri 2019	4° Tri 2019
Valores Disponíveis em Caixa ou Contas Bancárias	25.618	45.499	30.467	24.395
Valores Contribuídos pelos Acionistas	(25.618)	(45.499)	(30.467)	(24.395)
Conta Reserva do Serviço da Dívida Sênior	-	-	-	-
Valores de Caixa Provisionados	-	-	-	-
Total Caixa Disponível para Pagamento de <i>Royalties</i> Acumulados	-	-	-	-

Reconciliação entre quantidade embarcada e valores pagos a título de <i>Royalties</i> (acumulado)	Embarcado 1° Trimestre 2019	Embarcado 2° Trimestre 2019	Embarcado 3° Trimestre 2019	Embarcado 4° Trimestre 2019	Take-or-pay/ Embarcado Acumulado
Volume (M/TONS)	3.376	3.951	5.215	3.899	155.730
Preço por Tonelada	5	5	5	5	5
PPI acumulado	0,61	0,61	0,61	0,73	0,46
Valor por TON em USD	5,61	5,61	5,61	5,73	5,46
<i>Royalty</i> (Porto Sudeste) USD	18.932	22.158	29.245	22.347	850.709
PSVM11 emitidos por Porto Sudeste VM S.A. em proporção a totalidade dos títulos Port11	0,43%	0,43%	0,43%	0,43%	0,43%
<i>Royalty</i> (Porto VM) Calculado (USD m)	81	95	126	96	3.658
Caixa disponível para pagamento de <i>royalties</i>	-	-	-	-	-
<i>Royalty</i> pagável	-	-	-	-	-

A mensuração desses títulos é efetuada de acordo com o IAS 37 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, com base no fluxo de caixa projetado dos desembolsos futuros relativos a estes títulos, descontando a taxa de 11,10% ao ano. Essas projeções baseiam-se no Plano de negócios da Companhia e incluem premissas relacionadas ao crescimento das exportações de minério de ferro do quadrilátero de Minas Gerais e premissas sobre o crescimento da participação de mercado do Porto. A Companhia entende que esse crescimento será atingido com base no fechamento de contratos de longo prazo, bem como em aquisições de minas de minério de ferro na região realizadas por seus acionistas. Em 31 de dezembro de 2019, o valor presente do fluxo de caixa futuro descontado foi de US\$2.123.289, que convertidos para Reais totalizou R\$8.558.342 (US\$2.246.512, que convertidos para Reais totalizou R\$8.704.784 em 31 de dezembro de 2018). Destes totais, os valores correspondentes aos títulos PSVM11 são representados na data-base de 31 de dezembro de 2019 em US\$9.043, que convertidos para reais totalizou R\$36.452 (US\$9.569, que convertidos para reais totalizou R\$37.076 em 31 de dezembro de 2018).

Custos de transação

Os custos de emissão dos títulos, no montante total de R\$10.872 em 31 de dezembro de 2019 (R\$10.453 em 31 de dezembro de 2018), referentes a honorários legais externos e consultorias, foram lançados como redutores do passivo.

Itaguaí, 16 de abril de 2020.

A Administração.

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Ao Conselho de Administração e aos Acionistas da
Porto Sudeste do Brasil S.A.
Itaguaí, RJ

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Porto Sudeste do Brasil S.A. (“Companhia”), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Porto Sudeste do Brasil S.A. em 31 de dezembro de 2019, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional

Sem ressaltar nossa opinião, chamamos a atenção para a Nota 1 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas, que indica que, em 31 de dezembro de 2019, a Companhia apresenta seu passivo circulante consolidado superior ao ativo circulante consolidado em R\$394.265 mil, e prejuízos acumulados consolidados de R\$2.226.429 mil no exercício findo nessa data. Esta nota indica também que a Companhia e suas controladas iniciaram suas operações em janeiro de 2016 e ainda dependem do suporte financeiro dos seus acionistas e/ou recursos de terceiros até que as operações gerem caixa suficiente para manutenção de suas atividades operacionais. Estas demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas no pressuposto de continuidade normal das operações e não incluem quaisquer ajustes que seriam requeridos caso os planos da Administração não atinjam os resultados esperados.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.



Building a better
working world

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 16 de abril de 2020.

ERNST & YOUNG
Auditores independentes S.S.
CRC-2SP015199/O-6

Daniel de Araujo Peixoto
Contador CRC-1BA025348/O-9

Porto Sudeste do Brasil S.A.

Balancos patrimoniais
31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2019	2018	2019	2018
Ativo					
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	4	30.625	26.350	74.129	41.330
Contas a receber de clientes	5	37.879	28.291	37.879	28.291
Contas a receber com partes relacionadas	14	33.735	18.549	157.998	1.769
Estoques	6	44.639	32.224	105.669	90.447
Impostos a recuperar		6.122	5.326	8.339	6.739
Adiantamentos		3.594	820	13.935	820
Outros		1.593	6.104	1.802	6.267
		158.187	117.664	399.751	175.663
Não circulante					
Depósitos vinculados	7	10.480	10.113	10.480	10.113
Contas a receber com partes relacionadas	14	-	2.244	-	-
Impostos a recuperar		69	69	69	69
Investimentos	8	20.563	33.995	-	-
Imobilizado	9	5.776.482	5.687.034	5.805.667	5.707.626
Intangível	10	9.085.678	8.805.278	9.085.678	8.805.278
Outros		18.863	10.845	20.189	12.137
Total do ativo não circulante		14.912.135	14.549.578	14.922.083	14.535.223
Total do ativo		15.070.322	14.667.242	15.321.834	14.710.886

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2019	2018	2019	2018
Passivo					
Circulante					
Fornecedores		27.025	25.555	120.916	48.741
Empréstimos e financiamentos	11	496.083	185.253	652.011	185.253
Impostos e contribuições a recolher	13	6.775	9.894	7.297	10.790
Partes relacionadas	14	2.363	7.841	659	569
Adiantamentos de clientes		59	54	59	54
Adiantamentos de clientes parte relacionada	14	-	-	-	26.744
Outros		10.209	7.004	13.074	7.004
Total do passivo circulante		542.514	235.601	794.016	279.155
Não circulante					
Empréstimos e financiamentos	11	5.198.172	5.230.596	5.198.172	5.230.596
Títulos de remuneração variável	12	8.547.470	8.694.332	8.547.470	8.694.332
Provisão de contingências		10.955	1.519	10.965	1.609
Total do passivo não circulante		13.756.597	13.926.447	13.756.607	13.926.537
Patrimônio líquido					
Capital social	16	2.911.944	2.749.411	2.911.944	2.749.411
Adiantamento para futuro aumento de capital		-	99.463	-	99.463
Ajustes acumulados de conversão		85.696	(152.670)	85.696	(152.670)
Prejuízos acumulados		(2.226.429)	(2.191.010)	(2.226.429)	(2.191.010)
Total do patrimônio líquido		771.211	505.194	771.211	505.194
Total do passivo e patrimônio líquido					
		15.070.322	14.667.242	15.321.834	14.710.886

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Porto Sudeste do Brasil S.A.

Demonstrações dos resultados
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2019	2018	2019	2018
Receita, líquida de venda de bens	17	493.528	243.129	1.923.996	898.042
Custo dos produtos vendidos e serviços prestados	18	(134.448)	(100.319)	(1.556.642)	(748.981)
Resultado bruto		359.080	142.810	367.354	149.061
Receitas (despesas) operacionais					
Gerais e administrativas	19	(262.694)	(206.849)	(267.045)	(208.037)
Resultado de equivalência patrimonial	8	4.313	7.393	-	-
Outras receitas (despesas) operacionais	12	192.579	44.591	192.570	44.721
		(65.802)	(154.865)	(74.475)	(163.316)
Resultado antes do resultado financeiro e dos tributos		293.278	(12.055)	292.879	(14.255)
Resultado financeiro	20				
Receitas financeiras		149.277	364.460	151.120	366.823
Despesas financeiras		(477.974)	(482.045)	(479.418)	(709.492)
		(328.697)	(117.585)	(328.298)	(342.669)
Resultado antes dos tributos sobre o lucro		(35.419)	(129.640)	(35.419)	(129.640)
Imposto de renda e contribuição social	15	-	-	-	-
Prejuízo do exercício		(35.419)	(129.640)	(35.419)	(129.640)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Porto Sudeste do Brasil S.A.

Demonstrações dos resultados abrangentes
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Prejuízo do exercício	(35.419)	(129.640)	(35.419)	(129.640)
Diferenças cambiais relacionadas à conversão para moeda de apresentação	238.366	39.210	238.366	39.210
Total dos resultados abrangentes	202.947	(90.430)	202.947	(90.430)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Porto Sudeste do Brasil S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de reais)

	Controladora				Total
	Capital social	Adiantamento para futuro aumento de capital	Ajuste acumulado de conversão	Prejuízos acumulados	
Saldos em 31 de dezembro de 2017	2.424.170	325.241	(191.880)	(2.061.370)	496.161
Integralização de capital	325.241	(325.241)	-	-	-
Adiantamentos para futuro aumento de capital	-	99.463	-	-	99.463
Ajustes acumulados de conversão	-	-	39.210	-	39.210
Prejuízo do exercício	-	-	-	(129.640)	(129.640)
Saldos em 31 de dezembro de 2018	2.749.411	99.463	(152.670)	(2.191.010)	505.194
Integralização de capital	162.533	(162.533)	-	-	-
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	63.070	-	-	63.070
Ajustes acumulados de conversão	-	-	238.366	-	238.366
Prejuízo do exercício	-	-	-	(35.419)	(35.419)
Saldos em 31 de dezembro de 2019	2.911.944	-	85.696	(2.226.429)	771.211

Porto Sudeste do Brasil S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido--Continuação
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de reais)

	Consolidado				
	Capital social	Adiantamento para futuro aumento de capital	Ajuste acumulado de conversão	Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2017	2.424.170	325.241	(191.880)	(2.061.370)	496.161
Integralização de capital	325.241	(325.241)	-	-	-
Adiantamentos para futuro aumento de capital	-	99.463	-	-	99.463
Ajustes acumulados de conversão	-	-	39.210	-	39.210
Prejuízo do exercício	-	-	-	(129.640)	(129.640)
Saldos em 31 de dezembro de 2018	2.749.411	99.463	(152.670)	(2.191.010)	505.194
Integralização de capital	162.533	(162.533)	-	-	-
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	63.070	-	-	63.070
Ajustes acumulados de conversão	-	-	238.366	-	238.366
Prejuízo do exercício	-	-	-	(35.419)	(35.419)
Saldos em 31 de dezembro de 2019	2.911.944	-	85.696	(2.226.429)	771.211

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Porto Sudeste do Brasil S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Fluxos de caixa das atividades operacionais				
Prejuízo antes dos impostos sobre a renda	(35.419)	(129.640)	(35.419)	(129.640)
Itens de resultado que não afetam o caixa				
Depreciação e amortização	228.091	172.243	228.153	172.469
Custo de transação	36.747	28.521	36.920	28.521
Outras amortizações	6.426	8.653	6.760	9.115
Baixa do imobilizado	4	71	4	71
Resultado de equivalência patrimonial	(4.313)	(7.393)	-	-
Variação monetária e juros	363.345	395.580	364.203	395.344
Outras provisões	(495.181)	2.282	(495.262)	2.220
Variações nos ativos e passivos				
Contas a receber	(56.931)	(36.086)	(56.930)	(36.087)
Contas a receber - parte relacionada	(12.942)	(18.549)	(172.045)	(1.769)
Adiantamentos diversos	(3.628)	(13.543)	(14.600)	(14.044)
Estoques	(12.305)	(6.236)	(15.563)	(21.159)
Depósitos vinculados	119	603	119	603
Depósitos judiciais	(7.749)	(3.738)	(7.736)	(4.958)
Impostos a recuperar	(26.687)	(11.413)	(27.052)	(11.500)
Adiantamentos de cliente	47.348	226	47.348	226
Adiantamentos de cliente - empresas ligadas	-	-	-	25.833
Fornecedores	1.470	30.838	72.171	17.167
Impostos e contribuições a recolher	22.872	13.233	22.076	14.163
Obrigações com terceiros	(76)	1.987	(76)	1.987
Partes relacionadas	(5.478)	(2.690)	90	(591)
Outros ativos	9.673	2.236	(685)	2.092
Salários e remunerações	129	(1.991)	129	(1.994)
Juros pagos	(248.571)	(50.383)	(248.571)	(50.383)
Caixa líquido gerado/(consumido) pelas atividades operacionais	(193.056)	374.811	(295.966)	397.686
Fluxos de caixa das atividades de investimentos				
Aquisição de imobilizado	(25.811)	(14.180)	(30.477)	(14.180)
Remessa de dividendos	-	4.931	-	-
Adiantamento para futuro aumento de capital em controladas	(250)	(1.070)	-	-
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	(26.061)	(10.319)	(30.477)	(14.180)
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos				
Adiantamento para futuro aumento de capital	63.070	99.463	63.070	99.463
Empréstimos recebidos	-	-	157.726	-
Custo de transação	(40.770)	(34.300)	(41.000)	(34.300)
Empréstimos liquidados	(21.903)	(81.090)	(21.903)	(81.090)
Caixa líquido gerado pelas/(aplicado nas) atividades de financiamentos	397	(15.927)	157.893	(15.927)
Diferença cambial líquida				
Variação cambial	222.995	(346.560)	201.349	(356.657)
Aumento no caixa e equivalentes de caixa	4.275	2.005	32.799	10.922
Demonstração do aumento no caixa e equivalentes de caixa				
No início do exercício	26.350	24.345	41.330	30.408
No fim do exercício	30.625	26.350	74.129	41.330
Aumento no caixa e equivalentes de caixa	4.275	2.005	32.799	10.922

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Porto Sudeste do Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
31 de dezembro de 2019
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

1. Contexto operacional

A Porto Sudeste do Brasil S.A. (“Porto Sudeste” ou “Companhia”) foi constituída em 7 de novembro de 2007, objetivando o desenvolvimento de operações de logísticas integradas no setor portuário, notadamente a implantação e operação do Terminal Portuário denominado Porto Sudeste (“Terminal” ou o “Porto Sudeste”).

A Companhia é composta pela controladora e suas controladas Pedreira Sepetiba Ltda. (“Pedreira”), Terminal de Contêineres Sepetiba Ltda. (“TCS”), Porto Sudeste VM S.A. (“Porto VM”) e Porto Sudeste Exportação e Comércio S.A.

A Porto Sudeste Exportação e Comércio Ltda. foi transformada em uma sociedade organizada por ações em 02 de outubro de 2017, quando passou a ser denominada Porto Sudeste Exportação e Comércio S.A.

Reestruturação e mudança do acionista controlador

Em fevereiro de 2014 foi concluída a transação entre a antiga controladora da Companhia, MMX Mineração e Metálicos (“MMX”), e Trafigura Pte. Ltd. (“Trafigura”) e Mubadala Development Company PJSC (“Mubadala”), por meio de investidas no Brasil, por meio da qual a Trafigura e a Mubadala adquiriram o controle compartilhado da Companhia. Na data de conclusão da transação, a Trafigura e a Mubadala efetuaram aporte de capital na Companhia no valor de US\$400.000. Ainda, como parte do acordo, a Porto Sudeste assumiu: (i) a totalidade da dívida bancária da MMX Sudeste Mineração S.A. (subsidiária da MMX), no valor de R\$1,3 bilhão; e (ii) as obrigações decorrentes dos títulos de remuneração baseada em *royalties*, nos termos descritos na Nota 12.

Como consequência desta reestruturação e assunção de dívidas efetuada pela Companhia, a licença de operação portuária anteriormente registrada na MMX também foi transferida para a Porto Sudeste.

Mediante a conclusão destas transações, a Trafigura e Mubadala tornaram-se titulares, em conjunto, de 65% de participação acionária na Companhia, por meio do PSA Fundo de Investimento e Participações.

Porto Sudeste do Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2019
(Valores expressos em milhares, exceto quando mencionado de outra forma)

1. Contexto operacional--Continuação

Compra adicional de participação pelos controladores

Em 13 de agosto de 2015, mediante a realização de um aumento de capital que culminou na emissão de 11.241.101.754 novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, integralmente subscritas pelo fundo de investimento PSA Fundo de Investimento em Participações (veículo da Trafigura e Mubadala no Brasil), de forma que a MMX foi diluída e os controladores ficaram com 94,58%.

Em março de 2017, foi integralizado o valor de US\$50.000 equivalentes a R\$169.874 recebidos a título de adiantamento para futuro aumento de capital em maio e julho de 2016, por meio do PSA Fundo de Investimento e Participações. Após o referido aumento de capital, o Grupo MMX foi diluído e passou a deter 1,54% de participação na Companhia e os controladores passaram a deter 98.24%.

Em maio de 2018, foi integralizado o valor de US\$100.000 equivalentes a R\$325.241 recebidos a título de adiantamento para futuro aumento de capital em maio, julho e novembro de 2017, por meio do PSA Fundo de Investimento e Participações. Após o referido aumento de capital, o Grupo MMX foi diluído e passou a deter 0,93% de participação na Companhia, 0,13% da participação detida pela Gaboard e os controladores passaram a deter 98.94%.

Em 29 de abril de 2019, foi integralizado o valor de US\$44.700 equivalentes a R\$162.533 recebidos a título de adiantamento para futuro aumento de capital em maio de 2018 e fevereiro de 2019, por meio do PSA Fundo de Investimento e Participações. Após o referido aumento de capital, o Grupo MMX foi diluído e passou a deter 0,65% de participação na Companhia.

Situação financeira da Companhia

Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia apresenta capital circulante líquido consolidado negativo de R\$394.265, incluindo os juros da dívida prevista e a amortização do principal no montante de R\$496.083. Sem considerar a dívida sênior, o capital circulante líquido ficaria positivo em R\$101.818. Vide Nota 11 para mais informações sobre o refinanciamento das dívidas.

Adicionalmente, a Companhia incorreu em um prejuízo acumulado consolidado de R\$2.226.429 no exercício findo naquela data. A Companhia encerrou o exercício com uma posição consolidada de caixa de R\$74.129.

Porto Sudeste do Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2019
(Valores expressos em milhares, exceto quando mencionado de outra forma)

1. Contexto operacional--Continuação

Situação financeira da Companhia--Continuação

A Companhia iniciou suas operações em janeiro de 2016 e possui fluxo de caixa operacional positivo. Contudo, para os próximos 12 meses e de acordo com os contratos da dívida sênior ainda dependerá do suporte financeiro de seus acionistas e/ou recurso de terceiros para suportar certas obrigações que não podem ser quitadas a partir do fluxo de caixa operacional (tais como taxas de garantias bancárias, investimentos não relacionados à manutenção) . De acordo com o modelo de negócios da Companhia há uma necessidade adicional de caixa de aproximadamente US\$26.316 para a atender a estes compromissos futuros que será disponibilizado pelos acionistas.

Licenças

A Companhia obteve junto à Agência Nacional de Transportes Aquaviários - ANTAQ, em 15 de julho de 2010, a autorização para construção e implantação de terminal marítimo com capacidade para embarque de 50 mt/a, localizado na Ilha da Madeira, Itaguaí - RJ. Essa concessão é de 25 anos, prorrogável por mais 25 anos. No ano de 2014, após concluir a primeira fase das obras de implantação do terminal e obter a respectiva licença ambiental de operação, a Companhia recebeu da ANTAQ o Termo de Liberação Operacional (TLO) e a Habilitação ao Tráfego Internacional Marítimo (HTMI), encontrando-se plenamente autorizada por esta agência reguladora a operar a primeira fase do Terminal. Além da liberação da agência reguladora, a primeira fase do terminal encontra-se devidamente alfandegada e apta para receber mercadorias destinadas à exportação. Quanto ao acesso offshore, a dragagem e a derrocagem do canal de acesso ao Terminal e da bacia de atracação foram concluídas no início do ano de 2015.

Com relação à segunda fase do terminal (50 mt/a), a Companhia concluiu a montagem dos equipamentos em meados de 2015, e, em 12 de novembro de 2015, obteve junto à ANTAQ o TLO nº 11/2015, no qual a Companhia é autorizada a dar continuidade à operação parcial do Terminal de Uso Privado, com observância a normas e regulamentos da ANTAQ e adaptações exigidas pela Nova Lei dos Portos.

Quanto à Receita Federal, as áreas do Pátio 06, túnel, píer e pátio 3, encontram-se devidamente alfandegadas. Este é um marco importante no comissionamento técnico e processo de conclusão que permite a Companhia a atingir sua capacidade total de 50 mt/ano.

A Companhia obteve a aprovação referente a extensão do Alfandegamento do pátio 32 em 22 de abril de 2016. Este é um marco importante no comissionamento técnico e processo de conclusão que permite a Companhia a atingir a operação da capacidade total de 50 mt/ano.

Porto Sudeste do Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2019
(Valores expressos em milhares, exceto quando mencionado de outra forma)

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras

a) Demonstrações financeiras individuais e consolidadas

As demonstrações financeiras consolidadas foram elaboradas com apoio em diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram apoiadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas pelo menos anualmente.

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro ("IFRS") emitidos pelo *International Accounting Standards Board* ("IASB") e interpretações emitidas pelo *International Financial Reporting Interpretations Committee* ("IFRIC"), implantados no Brasil através do Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") e suas interpretações técnicas ("ICPC") e orientações ("OCPC"), aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM").

Adicionalmente, a Companhia considerou as orientações emanadas da Orientação Técnica OCPC 07, emitida pelo CPC em novembro de 2014, na preparação das suas demonstrações financeiras. Dessa forma, as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras estão sendo evidenciadas, e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão.

Em 16 de abril de 2020, a Administração da Companhia autorizou a conclusão e a divulgação destas demonstrações financeiras individuais e consolidadas referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019.

b) Base de preparação e mensuração

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico, com exceção de certos instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo.

Porto Sudeste do Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2019
(Valores expressos em milhares, exceto quando mencionado de outra forma)

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras-- Continuação

c) Moeda funcional

Com o início das operações em 1º de janeiro de 2016, a Companhia e suas subsidiárias passaram a auferir receitas substancialmente denominadas em dólares americanos. Desta forma, sua moeda funcional foi alterada do Real para o Dólar. Em atendimento à legislação brasileira e de acordo com o pronunciamento CPC 02 - Efeito das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis, as demonstrações financeiras estão sendo apresentadas em Reais, convertendo a moeda funcional (Dólar) para a moeda de apresentação (Reais), sendo os ativos e passivos convertidos pela taxa de câmbio de fechamento do período, as contas de resultado pela taxa de câmbio na data da ocorrência e o patrimônio líquido pelo valor histórico de formação. O efeito da conversão para a moeda de apresentação é apresentado no patrimônio líquido como "Ajustes acumulados de conversão".

d) Consolidação

As demonstrações financeiras consolidadas incluem a Companhia e as seguintes controladas:

	Participação - %				Localização da sede	Atividade principal
	Capital social		Capital votante			
	2019	2018	2019	2018		
Controladas diretas						
Pedreira	99,98%	99,98%	99,98%	99,98%	Brasil	Extração e britamento de pedras
TCS	99,98%	99,98%	99,98%	99,98%	Brasil	Logística
Porto VM	100%	100%	100%	100%	Brasil	Sem atividades atualmente
Porto Sudeste Exportação	100%	100%	100%	100%	Brasil	Compra e venda de minério

Descrição dos principais procedimentos de consolidação:

- (i) Eliminação dos saldos das contas de ativos e passivos entre as Companhias consolidadas.
- (ii) Eliminação dos saldos das contas de investimentos e correspondentes participações no capital e lucros (prejuízos) acumulados das controladas.
- (iii) Eliminação dos saldos de receitas e despesas, bem como dos lucros não realizados decorrentes de negócios entre as Companhias. Perdas não realizadas são eliminadas da mesma maneira, mas apenas quando não há evidências de problemas de recuperação dos ativos relacionados.
- (iv) Os saldos das transações com as controladas são eliminados e as participações que cabem aos demais quotistas são destacadas no balanço patrimonial e resultado.

Porto Sudeste do Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2019
(Valores expressos em milhares, exceto quando mencionado de outra forma)

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras-- Continuação

d) Consolidação--Continuação

- (v) Alterações no percentual de participação em controladas que não resultem em perda e/ou ganho de controle são registradas no patrimônio líquido.

3. Resumo das principais práticas e estimativas contábeis

3.1. Instrumentos financeiros

a) Ativos financeiros

Ativos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como subsequentemente mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e ao valor justo por meio do resultado.

A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro e do modelo de negócios da Companhia para a gestão destes ativos financeiros. Com exceção das contas a receber de clientes que não contenham um componente de financiamento significativo ou para as quais a Companhia tenha aplicado o expediente prático, a Companhia inicialmente mensura um ativo financeiro ao seu valor justo acrescido dos custos de transação, no caso de um ativo financeiro não mensurado ao valor justo por meio do resultado.

Para que um ativo financeiro seja classificado e mensurado pelo custo amortizado ou pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes, ele precisa gerar fluxos de caixa que sejam “exclusivamente pagamentos de principal e de juros” (também referido como teste de “SPPI”) sobre o valor do principal em aberto. Esta avaliação é executada em nível de instrumento.

O modelo de negócios da Companhia para administrar ativos financeiros se refere a como ela gerencia seus ativos financeiros para gerar fluxos de caixa. O modelo de negócios determina se os fluxos de caixa resultarão da cobrança de fluxos de caixa contratuais, da venda dos ativos financeiros ou de ambos.

O saldo de caixa e equivalentes de caixa da Companhia são classificados como ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado.

Porto Sudeste do Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2019
(Valores expressos em milhares, exceto quando mencionado de outra forma)

3. Resumo das principais práticas e estimativas contábeis--Continuação

3.1. Instrumentos financeiros--Continuação

b) Passivos financeiros

Os passivos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado, empréstimos e recebíveis, contas a pagar, ou como derivativos designados como instrumentos de *hedge* em um *hedge* efetivo, conforme apropriado.

Todos os passivos financeiros são mensurados inicialmente ao seu valor justo, mais ou menos, no caso de passivo financeiro que não seja ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão do passivo financeiro.

Os passivos financeiros da Companhia incluem fornecedores, empréstimos e financiamentos.

c) Instrumentos financeiros - apresentação líquida

Ativos e passivos financeiros são apresentados líquidos no balanço patrimonial se, e somente se, houver um direito legal corrente e executável de compensar os montantes reconhecidos e se houver a intenção de compensação, ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

3.2. Caixa e equivalentes de caixa

Os equivalentes de caixa são mantidos pela Companhia com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. A Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação.

3.3. Estoques

Os estoques são avaliados ao custo médio de aquisição ou de produção, reduzido por provisão para perda ao valor de mercado, quando aplicável. O custo dos estoques inclui gastos incorridos na aquisição, transporte e armazenagem dos estoques. No caso de estoques acabados, o custo inclui os gastos gerais de fabricação baseadas na capacidade normal de operação.

Porto Sudeste do Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2019
(Valores expressos em milhares, exceto quando mencionado de outra forma)

3. Resumo das principais práticas e estimativas contábeis--Continuação

3.4. Investimentos

Os investimentos da Companhia em suas controladas são contabilizados com base no método da equivalência patrimonial nas demonstrações financeiras individuais. Sendo assim, esses investimentos são contabilizados no balanço patrimonial da controladora ao custo, adicionado das mudanças após a aquisição da participação societária na controlada ou coligada. O ágio, se houver, é incluído no valor contábil do investimento, não sendo amortizado. Nas demonstrações financeiras consolidadas, o ágio é reclassificado para o ativo intangível.

A demonstração do resultado reflete a parcela dos resultados das operações das controladas, e mudanças diretamente reconhecidas no patrimônio são refletidas, quando aplicável, na demonstração das mutações do patrimônio líquido da controladora.

A Companhia determina se é necessário reconhecer perda adicional em relação ao valor recuperável do investimento em suas investidas. Se aplicável, a Companhia calcula o montante da perda por redução ao valor recuperável como a diferença entre o valor recuperável do investimento e o valor contábil e reconhece este montante no resultado.

3.5. Imobilizado

O imobilizado é apresentado ao custo de aquisição, formação ou construção, adicionado dos juros, variação cambial e demais encargos financeiros incorridos durante a construção ou desenvolvimento de projetos, líquido de depreciação acumulada e/ou perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, se for o caso.

Um item do imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo são incluídos na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado.

O imobilizado contém adiantamentos para prestação de serviços ou aquisições de itens de ativo fixo efetuado com base em contratos vigentes e são reclassificados para o devido grupo de contas quando os serviços ou equipamentos instalados estiverem aptos para sua utilização e geração de caixa.

Os gastos incorridos com manutenção e reparo são registrados diretamente na demonstração do resultado quando incorridos.

Porto Sudeste do Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2019
(Valores expressos em milhares, exceto quando mencionado de outra forma)

3. Resumo das principais práticas e estimativas contábeis--Continuação

3.5. Imobilizado--Continuação

A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual. A depreciação de bens do imobilizado é calculada pelo método linear para parte civil, instalações e equipamentos administrativos, e método por unidade operada para os equipamentos operacionais, levando em consideração a vida útil-econômica desses bens.

Custos de empréstimos relacionados com a aquisição, construção ou produção de um ativo que necessariamente requer um tempo significativo para ser concluído para fins de uso ou venda são capitalizados como parte do custo do correspondente ativo até o limite permitido pela norma. O excedente, quando ocorrido, será reconhecido nas demonstrações dos resultados.

3.6. Redução ao valor recuperável (impairment) de ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é determinado. No caso de ágio e ativos intangíveis com vida útil indefinida ou ativos intangíveis em desenvolvimento que ainda não estejam disponíveis para uso, o valor recuperável é estimado todo ano.

O valor recuperável de um ativo ou Unidade Geradora de Caixa (UGC) é o maior entre o valor em uso e o valor justo, menos despesas de venda. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados aos seus valores presentes por taxa de desconto antes de impostos que reflita as condições vigentes de mercado quanto ao período de recuperabilidade do capital e os riscos específicos do ativo.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida, no resultado do exercício, caso o valor contábil de um ativo ou sua UGC exceda seu valor recuperável estimado. Perdas no valor recuperável relacionadas às UGCs são alocadas inicialmente para reduzir o valor contábil de qualquer ágio alocado, e então, se ainda houve perda remanescente, para reduzir o valor contábil dos outros ativos.

Uma perda por redução ao valor recuperável relacionada a ágio não é revertida. Quanto a outros ativos, as perdas de valor recuperável reconhecidas em exercícios anteriores são avaliadas a cada data de apresentação para quaisquer indicações de que a perda tenha aumentado, diminuído ou não mais exista. Uma perda de valor é revertida caso tenha havido uma mudança nas estimativas usadas para determinar o valor recuperável, sendo o limite da reversão o valor contábil, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

Porto Sudeste do Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2019
(Valores expressos em milhares, exceto quando mencionado de outra forma)

3. Resumo das principais práticas e estimativas contábeis--Continuação

3.7. Demais ativos e passivos circulantes e não circulante

Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança.

Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

Os ativos e passivos monetários de longo prazo e os de curto prazo, quando o efeito é considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto, são ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos.

3.8. Tributação

Impostos sobre vendas e serviços

As receitas de vendas e serviços estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas:

- Programa de Integração Social (PIS) - 0,65% e 1,65%.
- Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS) - 3,0% e 7,6%.
- Imposto sobre Serviços (ISS) - 5%.

Esses encargos são apresentados como deduções de vendas na demonstração do resultado.

Imposto de renda e contribuição social

A tributação sobre o lucro compreende o imposto de renda e a contribuição social, computados sobre o lucro tributável na alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10% para os lucros que excederem R\$240 no período de 12 meses, e 9% para contribuição social. As adições ao lucro contábil de despesas, temporariamente não dedutíveis, ou exclusões de receitas, temporariamente não tributáveis, consideradas para apuração do lucro tributável corrente geram créditos ou débitos tributários diferidos. As antecipações ou valores passíveis de compensação são demonstrados no ativo circulante ou não circulante, de acordo com a previsão de sua realização.

Porto Sudeste do Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2019
(Valores expressos em milhares, exceto quando mencionado de outra forma)

3. Resumo das principais práticas e estimativas contábeis--Continuação

3.8. Tributação--Continuação

Imposto de renda e contribuição social--Continuação

Imposto diferido é gerado por diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis e saldos de prejuízos fiscais. Os impostos diferidos ativos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e perdas tributários não utilizados, na extensão em que seja provável que o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias dedutíveis possam ser realizadas, e créditos e perdas tributários não utilizados possam ser utilizados. Os impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias.

O valor contábil dos impostos diferidos ativos é revisado em cada data do balanço, sendo o saldo mantido na extensão em que sua recuperação seja provável, com base nos lucros tributáveis futuros.

Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado.

Impostos diferidos ativos e passivos são apresentados líquidos quando relacionados à mesma entidade tributada e sujeitos à mesma autoridade tributária.

3.9. Provisões (incluindo contingências)

Provisões são reconhecidas quando há obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de evento passado, e é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. Quando a Companhia espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, o reembolso é reconhecido como ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo.

A Companhia reconhece provisão para causas cíveis, trabalhistas e tributárias. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

Porto Sudeste do Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2019
(Valores expressos em milhares, exceto quando mencionado de outra forma)

3. Resumo das principais práticas e estimativas contábeis--Continuação

3.9. Provisões (incluindo contingências)--Continuação

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido às imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Administração da Companhia revisa suas estimativas e premissas em bases anuais.

3.10. Receita de contrato com cliente

A IFRS 15, equivalente à norma CPC 47, substitui o CPC 17 (R1) - Contratos de Construção (equivalente à norma internacional IAS 11), CPC 30 - Receitas (equivalente à norma internacional IAS 18) e interpretações relacionadas e se aplica, com exceções limitadas, a todas as receitas decorrentes de contrato com cliente. A IFRS 15 estabelece um modelo de cinco etapas para contabilizar a receita proveniente de contrato com cliente e exige que a receita seja reconhecida em um valor que reflita a contraprestação que a entidade espera receber em troca da transferência de bens ou serviços para um cliente.

A IFRS 15 exige que as entidades exerçam julgamento, levando em consideração todos os fatos e circunstâncias relevantes ao aplicar cada etapa do modelo a contratos com seus clientes. A norma também especifica a contabilização dos custos incrementais de obtenção de um contrato e os custos diretamente relacionados ao cumprimento de um contrato. A Companhia considera se há outras promessas no contrato que são obrigações de performance distintas, às quais uma parcela do preço da transação precisa ser alocada. Ao determinar o preço de transação para a prestação dos serviços, a Companhia considera a existência de contraprestação variável, componentes de financiamento significativos, contraprestação não monetária e a contraprestação devida ao cliente (se houver).

i) Venda de produtos

Para contratos com clientes nos quais a venda de produtos é geralmente designada como única obrigação de desempenho, não são esperados impactos significativos na demonstração de resultado da Companhia e controladas com a adoção da IFRS 15. A Companhia entende que o reconhecimento da receita ocorrerá no momento em que o controle do produto é transferido para o cliente, geralmente na entrega da mercadoria.

ii) Prestação de serviços

A receita com prestação de serviços é reconhecida a partir do cumprimento das obrigações de desempenho especificadas nos contratos com clientes. A principal atividade da Companhia consiste na prestação de serviços portuários, cuja única obrigação de desempenho identificada com base nos contratos vigentes é cumprida com a finalização do carregamento das embarcações.

Porto Sudeste do Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2019
(Valores expressos em milhares, exceto quando mencionado de outra forma)

3. Resumo das principais práticas e estimativas contábeis--Continuação

3.10. Receita de Contrato com cliente--Continuação

ii) Prestação de serviços--Continuação

A receita de venda de minério é reconhecida quando os riscos e benefícios significativos da propriedade são transferidos, o que para venda no mercado externo ocorre no momento do carregamento das embarcações para transporte.

3.11. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

A preparação das demonstrações financeiras da Companhia requer que a Administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data-base das demonstrações financeiras. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas pode levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros. Itens relevantes sujeitos a julgamentos e estimativas são: mensuração dos títulos de remuneração variável, reconhecimento e análise de recuperabilidade de créditos fiscais, vida útil do ativo imobilizado e intangível, perda por redução ao valor recuperável de ativos e provisão para contingências.

3.12. Demonstrações dos fluxos de caixa

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas e estão apresentadas pelo método indireto.

3.13. Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2019

CPC 06 (R2) - Arrendamentos

O CPC 06 (R2) entrou em vigor a partir de 1º de janeiro de 2019 e estabelece os princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de arrendamentos e exige que os arrendatários contabilizem todos os arrendamentos sob um único modelo no balanço patrimonial. Na data de início de um contrato de arrendamento, o arrendatário reconhece um passivo relativo aos pagamentos de arrendamento e um ativo que representa o direito de utilizar o ativo subjacente durante o prazo de arrendamento (ou seja, o ativo de direito de uso). Os arrendatários reconhecem separadamente a despesa de juros sobre o passivo durante o período do arrendamento para produzir uma taxa periódica constante de juros, e a despesa de amortização sobre o ativo de direito de uso.

Porto Sudeste do Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2019
(Valores expressos em milhares, exceto quando mencionado de outra forma)

3. Resumo das principais práticas e estimativas contábeis--Continuação

3.13. Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2019-- Continuação

CPC 06 (R2) - Arrendamentos--Continuação

Os arrendatários também devem reavaliar o passivo do arrendamento na ocorrência de determinados eventos (por exemplo, uma mudança no prazo do arrendamento, uma mudança nos pagamentos futuros do arrendamento como resultado da alteração de um índice ou taxa usada para determinar tais pagamentos). Em geral, o arrendatário reconhece o valor da reavaliação do passivo de arrendamento como um ajuste do ativo de direito de uso.

A Companhia não tem contratos de arrendamento na data-base, portanto não houve efeito oriundo da adoção ao CPC 06 (R2) sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

CPC 22 - Incerteza sobre Tratamento de Tributos sobre o Lucro

A Interpretação (equivalente à interpretação IFRIC 23) que entrou em vigor a partir de 1º de janeiro de 2019, e trata da contabilização dos tributos sobre o lucro nos casos em que os tratamentos tributários envolvem incerteza que afeta a aplicação da IAS 12 (CPC 32) e não se aplica a tributos fora do âmbito da IAS 12 nem inclui especificamente os requisitos referentes a juros e multas associados a tratamentos fiscais incertos. A Interpretação aborda especificamente o seguinte:

- Se a entidade considera tratamentos fiscais incertos separadamente.
- As suposições que a entidade faz em relação ao exame dos tratamentos tributários pelas autoridades fiscais.
- Como a entidade determina o lucro real (prejuízo fiscal), bases de cálculo, prejuízos fiscais não utilizados, créditos tributários extemporâneos e alíquotas de imposto.
- Como a entidade considera as mudanças de fatos e circunstâncias.

A Administração da Companhia entende que a aplicação dessa interpretação não trouxe impactos nas informações da Companhia, uma vez que a Companhia não possui posições fiscais incertas.

Porto Sudeste do Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2019
(Valores expressos em milhares, exceto quando mencionado de outra forma)

3. Resumo das principais práticas e estimativas contábeis--Continuação

3.13. Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2019-- Continuação

Alterações ao CPC 26 (R1) e IAS 8 - Definição de Omissão Material

Em outubro de 2018, o IASB emitiu alterações à IAS 1 e *IAS 8 - Accounting Policies, Changes in Accounting Estimates and Errors*, sendo essas alterações refletidas na revisão 14 do CPC, alterando o CPC 26 (R1) e o CPC 23 para alinhar a definição de “omissão material” ou “divulgação distorcida material” em todas as normas e esclarecer certos aspectos da definição. A nova definição declara que: “a informação é material se sua omissão, distorção ou obscurecimento pode influenciar, razoavelmente, decisões que os principais usuários das demonstrações financeiras de propósito geral fazem com base nessas demonstrações financeiras, que fornecem informações financeiras sobre relatório específico da entidade.”

Não é esperado que essas alterações tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia.

4. Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Caixa e equivalentes de caixa				
Caixa e bancos	6.225	2.694	6.510	3.427
Equivalentes de caixa	24.400	23.656	67.619	37.903
	30.625	26.350	74.129	41.330

A Companhia investe em fundos administrados pelo Banco Bradesco S.A., nos quais as aplicações realizadas são lastreadas em títulos privados (Certificados de Depósitos Bancários), emitidos por empresas e instituições financeiras de primeira linha, todos vinculados a taxas pós-fixadas, com rentabilidade média vinculada ao DI CETIP (“CDI”), sem carência e com liquidez imediata.

Os Certificados de Depósitos Bancários (CDBs) são emitidos por instituição financeira de primeira linha e são substancialmente remuneradas em 2019 com base em 67,8% da variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) (77,58% da variação do Certificado de Depósito Interbancário em 2018).

Porto Sudeste do Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2019
(Valores expressos em milhares, exceto quando mencionado de outra forma)

5. Contas a receber

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Serviço portuário	37.879	28.291	37.879	28.291
	37.879	28.291	37.879	28.291

A composição dos saldos por prazo de vencimento é como segue:

	Controladora	Consolidado
	2019	2019
A vencer 30 dias	13.770	13.770
Vencida até 30 dias	8.954	8.954
Vencida há mais de 60 dias	10.770	10.770
Vencida há mais de 120 dias	4.365	4.365
Vencida há mais de 180 dias	20	20
	37.879	37.879

A Administração não espera perdas no contas a receber e portanto nenhuma provisão foi constituída. As contas a receber vencidas são de parte relacionada sendo o recebimento previsto para o final do mês de abril de 2020, sem a incidência de juros e correção monetária.

6. Estoques

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Brita	-	-	2.036	1.961
Minério de ferro	-	-	58.994	56.262
Almoxarifado	44.639	32.224	44.639	32.224
	44.639	32.224	105.669	90.447

7. Depósitos vinculados

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Trustee ACC Itaú BBA (*)	10.480	10.113	10.480	10.113
	10.480	10.113	10.480	10.113

(*) Bloqueios temporários de parte das aplicações financeiras (*Trustee Account*), referentes à compra de terrenos para expansão do Porto Sudeste. O montante será realizado mediante obtenção das escrituras definitivas dos terrenos.

Porto Sudeste do Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2019
(Valores expressos em milhares, exceto quando mencionado de outra forma)

8. Investimentos

A Companhia possui os seguintes investimentos:

Pedreira Sepetiba Ltda.

Constituída em 21 de junho de 1989, possui como objeto social a realização de exploração e aproveitamento de jazidas minerais no território nacional e comercialização de seus derivados, comercializar materiais de construção em geral, prestar serviços de transporte de cargas, de engenharia civil, incorporação e construções.

TCS - Terminal de Contêineres Sepetiba Ltda.

Constituída em 31 de janeiro de 1989, possui como objeto social a prestação de todos os serviços inerentes a um terminal para contêineres, visando à concentração e distribuição de cargas com as respectivas movimentações de embarque, desembarque e despachos para as suas destinações finais, prestação de serviços de transporte de contêineres dos navios; e afretamento de ou arrendamento de navios, barcaças e equipamentos nacionais ou estrangeiros; bem como prestar os serviços inerentes aos de zona alfandegária, a ser implantada na área do terminal mediante concessão das autoridades fazendárias.

Porto Sudeste VM S.A.

Constituída em 16 de julho de 2013, possui como objeto social de participação no capital de outras sociedades, nacionais ou estrangeiras, na condição de sócia, acionista ou quotista, em caráter permanente ou temporário, como controladora ou minoritária. A Porto VM foi criada com o principal objetivo de receber parte dos títulos de *royalties* como parte da operação de compra do Porto pelos atuais acionistas, conforme detalhado na Nota 12.

Porto Sudeste Exportação e Comércio S.A. (anteriormente denominada Porto Sudeste Exportação e Comércio Ltda.)

Possui como objeto social a exportação e importação de minério de ferro, pelotas de ferro, ferro gusa e subprodutos.

Porto Sudeste do Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2019
(Valores expressos em milhares, exceto quando mencionado de outra forma)

8. Investimentos--Continuação

Movimentação dos investimentos

	Controladora				2019
	2018	Equivalência patrimonial	Adiantamento para futuro aumento de capital	Efeito da conversão para reais	
Pedreira	7.423	(870)	-	258	6.811
TCS	21.969	(330)	880	34	22.553
Porto VM	197	(280)	200	(5)	382
Porto Sudeste Exportação	4.406	5.793	-	(19.108)	8.913
	33.995	4.313	1.080	(18.825)	20.563

	Controladora				2018
	2017	Equivalência patrimonial	Adiantamento para futuro aumento de capital	Efeito da conversão para reais	
Pedreira	8.547	(981)	-	(143)	7.423
TCS	18.528	(324)	600	3.165	21.969
Porto VM	92	(359)	470	(2)	197
Porto Sudeste Exportação	9.139	9.057	-	(13.794)	4.402
	34.870	7.393	1.070	(10.744)	33.995

Participações societárias e resumo das investidas

	2019						
	Participação	Quantidade ações/quotas (mil)	Ativo	Passivo	Patrimônio líquido	Receita líquida	Resultado do exercício
Pedreira	99,98%	49.001	13.175	2.877	11.158	-	(860)
TCS	99,98%	3.447	1.781	-	2.109	-	(328)
Porto VM	100,00%	-	36.664	36.533	411	-	(280)
Porto Sudeste Exportação	100,00%	-	417.209	428.399	(16.983)	1.655.214	5.793

	2018						
	Participação	Quantidade ações/quotas (mil)	Ativo	Passivo	Patrimônio líquido	Receita líquida	Resultado do exercício
Pedreira	99,98%	49.001	10.930	170	13.204	-	(2.444)
TCS	99,98%	3.447	2.000	1	2.333	-	(334)
Porto VM	100,00%	-	37.366	37.151	574	-	(359)
Porto Sudeste Exportação	100,00%	-	71.915	69.696	2.219	764.413	10.493

Porto Sudeste do Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação

31 de dezembro de 2019

(Valores expressos em milhares, exceto quando mencionado de outra forma)

9. Imobilizado

	Consolidado							Total
	Instalações	Máquinas e equipamentos	Terrenos	Adiantamentos a fornecedores	Obras em andamento	Outros	Edificações e benfeitorias	
Saldo líquido em 31 de dezembro de 2017	127.963	938.809	99.898	-	8.937	20.812	3.773.950	4.970.369
Adições	22	456	-	191	11.397	2.754	-	14.820
Baixas	-	-	-	-	-	(71)	-	(71)
Transferências	(441)	1.613	-	26	(4.222)	(496)	3.520	-
Depreciação no exercício	(6.972)	(17.539)	-	-	-	(703)	(103.337)	(128.551)
Efeito da conversão para reais	21.947	161.287	17.117	10	1.072	3.416	646.210	851.059
Saldo líquido em 31 de dezembro de 2018	142.519	1.084.626	117.015	227	17.184	25.712	4.320.343	5.707.626
Adições	10	4.939	7.497	(84)	15.562	5.101	-	33.025
Baixas	-	-	-	-	-	(4)	-	(4)
Transferências ativo	(503)	(1.064)	-	-	(3.154)	2.482	2.239	-
Depreciação no exercício	(12.652)	(44.731)	-	-	-	(956)	(98.244)	(156.583)
Efeito da conversão para reais	4.126	41.637	5.056	-	708	517	169.559	221.603
Saldo líquido em 31 de dezembro de 2019	133.500	1.085.407	129.568	143	30.300	32.852	4.393.897	5.805.667
Saldos acumulados								
Custo	161.433	1.133.710	117.922	217	16.082	25.238	4.697.535	6.152.137
Depreciação acumulada	(19.299)	(42.081)	-	-	-	(2.145)	(351.737)	(415.262)
Efeito da conversão para reais	385	(7.003)	(907)	10	1.102	2.619	(25.455)	(29.249)
Saldo líquido em 31 de dezembro de 2018	142.519	1.084.626	117.015	227	17.184	25.712	4.320.343	5.707.626
Custo	160.940	1.137.585	125.419	133	28.490	32.818	4.699.774	6.185.159
Depreciação acumulada	(31.951)	(86.812)	-	-	-	(3.101)	(449.981)	(571.845)
Efeito da conversão para reais	4.511	34.634	4.149	10	1.810	3.135	144.104	192.353
Saldo líquido em 31 de dezembro de 2019	133.500	1.085.407	129.568	143	30.300	32.852	4.393.897	5.805.667

Porto Sudeste do Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2019
(Valores expressos em milhares, exceto quando mencionado de outra forma)

9. Imobilizado--Continuação

Adiantamentos a fornecedores

Os adiantamentos registrados pela Companhia referem-se basicamente à construção do Porto.

	Controladora e Consolidado	
	2019	2018
Serviços	107	191
Outros	26	26
Efeito da conversão para reais	10	10
	143	227

Teste de valor recuperável para os ativos imobilizados

Durante o exercício de 2019, a Companhia avaliou se havia a existência de indicadores que algum ativo pudesse estar acima do valor recuperável e após testes realizados não identificou a necessidade de reconhecer qualquer provisão para redução ao valor recuperável de seus ativos.

A metodologia do fluxo de caixa descontado utilizada pela Companhia está fundamentada em conceitos que consideram recursos financeiros que serão gerados no futuro pela Unidade Geradora de Caixa ("UGC"), descontados a valor presente, para refletir o tempo, o custo de oportunidade e os riscos associados. A taxa de desconto (WACC) utilizada nos modelos financeiros da Companhia foi de 7,2%.

10. Intangível

	Licença portuária
Saldo em 31 de dezembro de 2017	7.554.461
Amortização	(43.918)
Efeito da conversão para reais	1.294.735
Saldo em 31 de dezembro de 2018	8.805.278
Amortização	(71.567)
Efeito da conversão para reais	351.967
Saldo em 31 de dezembro de 2019	9.085.678

Porto Sudeste do Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2019
(Valores expressos em milhares, exceto quando mencionado de outra forma)

10. Intangível--Continuação

A licença é amortizada ao longo do período de concessão do porto pelo prazo de 50 anos levando em consideração o volume operado.

O custo da licença foi calculado com base no custo de aquisição, sendo o principal componente do valor de aquisição os títulos de remuneração variável (*royalties*), conforme descrito na Nota 12.

Teste de valor recuperável para os ativos intangíveis

Durante o exercício de 2019, a Companhia avaliou se havia a existência de indicadores que a licença pudesse estar acima do valor recuperável. Após testes realizados, conforme mencionado na Nota 9, a Companhia não identificou a necessidade de reconhecer qualquer provisão para redução ao valor recuperável de seus ativos intangíveis.

A taxa de desconto (WACC) utilizada nos modelos financeiros da Companhia foi de 7,2%.

11. Empréstimos e financiamentos

Empréstimos por moeda

	Consolidado			
	Passivos circulantes		Passivos não circulantes	
	2019	2018	2019	2018
Contratados em dólares norte-americanos				
Principal	78.165	12.453	2.573.263	2.673.361
Encargos	232.076	36.974	363.216	377.345
	310.241	49.427	2.936.479	3.050.706
Contratados em reais				
Principal	24.637	9.791	1.978.160	2.055.109
Encargos	317.133	126.034	283.533	294.563
	341.770	135.826	2.261.693	2.349.672
	652.011	185.253	5.198.172	5.400.378

Porto Sudeste do Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2019
(Valores expressos em milhares, exceto quando mencionado de outra forma)

11. Empréstimos e financiamentos--Continuação

Empréstimos por credor

Banco	Indexador/juros	Vencimento	Saldo em	
			2019	2018
BNDES - FINAME nº 09.2.1353.1	4,5% a.a.	15/01/2020	756	9.823
BNDES FINEM - nº 10.2.0265.1	3,18% + 2,18% a.a. + TJLP	15/06/2029	1.021.954	1.002.544
BNDES FINEM - nº 12.2.1174.1 - Subcrédito A, B.	3,40% + 2,40% a.a. + TJLP	15/06/2029	551.961	540.582
BNDES FINEM - nº 12.2.1174.1 - Subcrédito C.	3,40% % a.a. + 2,40% + Cesta de Moedas	15/06/2029	215.538	203.444
BNDES FINEM - nº 4.003.109-P - Repasse AB	3,40% + 4,40% a.a. + TJLP	15/06/2029	537.234	529.122
BNDES FINEM - nº 4.003.109-P - Repasse C	4,40% a.a. + 3,40% + Cesta de Moedas	15/06/2029	209.047	199.983
Deutsche Bank	4% a.a. + Libor 6 meses	15/11/2023	792.633	775.756
Panamericano	4,85% a.a.	03/06/2019	-	12.660
Bradesco/Itaú	2,00% a.a. 7,00% a.a. + Libor	15/06/2029	2.541.533	2.311.718
Santander	1,90% a.a. + Libor		155.982	
			6.026.638	5.585.631
Custos de transação			(176.455)	(169.782)
			5.850.183	5.415.849

As parcelas classificadas no passivo não circulante têm o seguinte cronograma de pagamento:

Ano de vencimento	Consolidado	
	2019	2018
2019	-	-
De 1 a 5 anos	1.430.436	1.486.079
Acima de 5 anos	3.767.736	3.914.299
	5.198.172	5.400.378

Em 31 de dezembro de 2019, as taxas de juros anuais sobre as dívidas são as seguintes:

	Consolidado
Dívidas em US\$ - até 5,0%	3.490.148
Dívidas em R\$ - até 6%	756
Dívidas em R\$ - 6,1% até 9,3%	2.111.149
Dívidas em R\$ - acima de 9,3%	424.585
	6.026.638

Garantias

Os empréstimos da companhia são garantidos por instituições financeiras de primeira linha, bem como também pelos acionistas controladores.

Porto Sudeste do Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2019
(Valores expressos em milhares, exceto quando mencionado de outra forma)

11. Empréstimos e financiamentos--Continuação

Efeito da conversão para reais

O real se desvalorizou 44,02% no exercício em relação ao dólar, passando de R\$3,8748 em 31 de dezembro de 2018 para R\$4,0307 em 31 de dezembro de 2019 influenciando o saldo da dívida em moeda estrangeira que em 31 de dezembro de 2019 representava 55,5% do endividamento total.

Custos de transação

Os custos de emissão da dívida referem-se a honorários legais externos e a comissões de fiança e foram lançados como redutores do passivo.

Refinanciamento da Dívida Sênior

Em junho de 2017, a Empresa finalizou o refinanciamento da sua dívida sênior. O refinanciamento inclui, entre outros, (a) até maio de 2020, o diferimento dos pagamentos de principal e juros da dívida refinanciada até o trimestre seguinte caso a Porto Sudeste não tenha caixa disponível para pagar o serviço da dívida; (b) um mecanismo trimestral de *cash sweep* até maio de 2020 por meio do qual qualquer caixa disponível será utilizado para pagar a dívida devida até a respectiva data (incluindo a parte da Dívida Sênior diferida até tal data); e (c) um ajuste das taxas de juros para os credores sênior brasileiros.

12. Títulos de remuneração variável

Em decorrência da conclusão da aquisição do controle acionário da Companhia em fevereiro de 2014, conforme descrito na Nota 1, a Companhia assumiu as obrigações relativas aos títulos de remuneração variável MMXM11, emitidos em 2011 em conexão com a aquisição da Porto Sudeste pela MMX. Para viabilizar a transferência dessa obrigação, a Companhia emitiu títulos de remuneração variável (títulos espelhos dos MMXM11) em termos similares ao MMXM11, por meio de dois veículos:

- FIP-IE Porto Sudeste Royalties: um fundo de investimento em participações em infraestrutura para deter exclusivamente Títulos Port11, sendo que para cada Título Port11 detido pelo FIP-IE corresponderia uma Quota. As Quotas do FIP-IE foram ofertadas para os titulares de Títulos MMXM11 que se enquadrassem como investidores qualificados, nos termos da regulamentação da CVM, e que não tivessem restrições para deter quotas de FIP-IE.

Porto Sudeste do Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2019
(Valores expressos em milhares, exceto quando mencionado de outra forma)

12. Títulos de remuneração variável--Continuação

- Porto Sudeste VM S.A.: uma sociedade por ações com registro na CVM sob a categoria 'B', que emitiu um novo título de remuneração variável baseada em *royalties*, espelho do Título MMXM11 (os "Títulos PSVM11"), sendo tal título listado para negociação na BM&FBOVESPA (ao contrário dos Títulos Port11, que não são admitidos para negociação na bolsa). Os Títulos PSVM11 foram ofertados para os detentores dos Títulos MMXM11 que (i) não se enquadrassem como investidores qualificados, ou (ii) tivessem restrições regulamentares para deter quotas de um FIP-IE.

A operação de permuta dos títulos não gerou impactos nas demonstrações financeiras da Companhia, uma vez que a obrigação já havia sido reconhecida com base nas cláusulas contratuais com os detentores finais dos títulos originais (MMXM11).

Através da conclusão da permuta dos títulos, a Companhia possui obrigação de pagamento aos veículos acima, que por sua vez possuem obrigação de pagamento aos detentores das cotas/títulos permutados.

Os detentores dos títulos mencionados têm direito à remuneração variável trimestral, apurada desde 1º janeiro de 2013, calculada com base na tonelagem métrica de minério de ferro ou pelo valor por tonelada para demais cargas, conforme o caso, da seguinte forma:

$$R = [(TMMF \times VpTMF) + (TMOC \times VpTDC)] * FP$$

Em que:

R = *royalties* devidos em relação a cada trimestre do exercício social

TMMF = Tonelagem Medida de Minério de Ferro embarcada no Porto no respectivo trimestre

TMOC = Tonelagem Medida de Outras Cargas embarcadas no Porto no respectivo trimestre

VpTMF = Valor por Tonelada para Minério de Ferro (como definido abaixo)

VpTDC = Valor por Tonelada para Demais Cargas (como definido abaixo)

FP = Fator Proporcional

Os *royalties* relativos às cargas de minério de ferro embarcadas no Porto em um determinado trimestre serão calculados considerando o valor de US\$5,00 por tonelada de minério de ferro ("valor por tonelada para minério de ferro"). Esse valor será: (i) corrigido anualmente de acordo com a variação do US PPI calculado desde setembro de 2010; e (ii) convertido em reais com base na taxa de câmbio fechada no término do dia útil imediatamente anterior à data de seu efetivo pagamento.

Porto Sudeste do Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2019
(Valores expressos em milhares, exceto quando mencionado de outra forma)

12. Títulos de remuneração variável--Continuação

Os *royalties* relativos às demais cargas que não sejam minérios de ferro (excluindo cargas não secas tais como atividades de abastecimento) conduzidas no Terminal Portuário serão calculados com base na margem da carga (“valor por tonelada para demais cargas”), sendo que “Margem da carga”: (a) significa a diferença entre o custo médio por tonelada (excluindo todos os itens não caixa) incorrido em relação aos serviços prestados pela Porto Sudeste relacionados a carga aplicável e o valor médio por tonelada efetivamente cobrado pela Porto Sudeste pelos serviços prestados em relação a tal carga; e (b) deve ser limitado, em qualquer circunstância, a US\$5,00 por tonelada embarcada.

O valor limite ajustado de US\$5,00 por tonelada para a margem da carga deve ser (i) corrigido anualmente de acordo com a variação do US PPI calculado desde setembro de 2010; e (ii) convertido em reais com base na taxa de câmbio fechada no término do dia útil imediatamente anterior à data de seu efetivo pagamento.

Anualmente, no 4º trimestre de cada exercício social, o montante de toneladas métricas efetivamente embarcadas no Porto durante o respectivo ano (“tonelagem medida”) será comparada com: (a) relação aos anos entre 2013 e 2016, os volumes de *take-or-pay* indicados na tabela abaixo; e (b) em relação aos anos seguintes, a quantidade de toneladas métricas a ser embarcada por meio do Porto no ano respectivo de acordo com todos os contratos de *take-or-pay* celebrados entre a Porto Sudeste ou suas subsidiárias vigentes no respectivo exercício social (“tonelagem *take-or-pay*”):

	<u>2013</u>	<u>2014</u>	<u>2015</u>	<u>2016</u>	<u>2017</u>	<u>2018</u>	<u>2019</u>
Tm	13,6	31,9	36,8	36,8	-	-	-

Se o valor da tonelagem *take-or-pay* menos o valor da tonelagem medida for um número positivo, então os valores dos *royalties* devidos em relação ao 4º trimestre de cada exercício social serão acrescidos do montante correspondente à multiplicação de tal número pelo valor por tonelada para minério de ferro ou pelo valor por tonelada para demais cargas, conforme o caso.

Se, em um determinado trimestre, mediante o pagamento dos então correntes *royalties*, o caixa livre detido pela emissora e pela Porto Sudeste em conjunto for superior a (a) US\$25.000, nos exercícios sociais entre 2013 e 2017, ou (b) US\$10.000 nos exercícios sociais seguintes, em ambos os casos convertido em reais de acordo com a taxa de câmbio (“reserva mínima de caixa”), a emissora deverá usar os valores que excederem a reserva mínima de caixa (“caixa livre disponível”) para pagar os *royalties* efetivamente acumulados aos detentores dos títulos até o último dia de tal trimestre civil.

Porto Sudeste do Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2019
(Valores expressos em milhares, exceto quando mencionado de outra forma)

12. Títulos de remuneração variável--Continuação

“Caixa livre” significa o valor correspondente a: (i) a soma de: (a) todos os valores disponíveis em caixa da Porto Sudeste em conjunto; e (b) saldos positivos de todas as contas bancárias da emissora e da Porto Sudeste em conjunto menos; (ii) a soma da: (a) quaisquer valores contribuídos pelos acionistas da Porto Sudeste por meio de aumento de capital ou empréstimo dos acionistas, na medida em que tais valores permaneçam como caixa disponível da Porto Sudeste; (b) conta reserva do serviço da dívida sênior do BNDES e da conta reserva do serviço da dívida sênior da CESCE; e (c) os valores de caixa provisionados pela Porto Sudeste para imposto de renda e contribuição social e demais obrigações que exijam provisionamento.

Os *royalties* serão cumulativos, ou seja, no caso de em um determinado trimestre o caixa disponível para *royalties* apurado pela emissora não ser suficiente para permitir o pagamento, total ou parcial, dos *royalties* até então determinados, tais *royalties* não pagos deverão ser adicionados ao montante dos *royalties* do próximo trimestre.

Em 24 de novembro de 2016, foi efetuada a transferência de 8.351.200 títulos de *royalties* através de permuta de títulos Port11 por PSVM11. Esses títulos foram transferidos para o FIP-IE Porto Sudeste Royalties. Após essa transferência, a Companhia passou a deter um total de 4.188.602 títulos.

Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia procedeu com os cálculos financeiros com o objetivo de identificar a existência de caixa líquido disponível e concluiu que o caixa líquido disponível é credor nesta data não tendo, dessa forma, a obrigatoriedade de liquidação dos títulos de *royalties*.

A mensuração desses títulos é efetuada de acordo com o IAS 37 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, com base no fluxo de caixa projetado dos desembolsos futuros relativos a estes títulos, descontando a taxa de 11,10% ao ano. Essas projeções baseiam-se no Plano de negócios da Companhia e incluem premissas relacionadas ao crescimento das exportações de minério de ferro do quadrilátero de Minas Gerais e premissas sobre o crescimento da participação de mercado do Porto. A Companhia entende que esse crescimento será atingido com base no fechamento de contratos de longo prazo, bem como em aquisições de minas de minério de ferro na região realizadas por seus acionistas. Em 31 de dezembro de 2019, o valor presente do fluxo de caixa futuro descontado foi de US\$2.123.289, que convertidos para Reais totalizou R\$8.558.342 (US\$2.246.512, que convertidos para reais totalizou R\$8.704.784 em 31 de dezembro de 2018). Desses totais, os valores correspondentes aos títulos PSVM11 são representados na data-base de 31 de dezembro de 2019 em US\$9.044, que convertidos para reais totalizou R\$36.452 (US\$9.569, que convertidos para reais totalizou R\$37.076 em 31 de dezembro de 2018). O valor correspondente ao ajuste a valor presente desses títulos foi de US\$106.955, que convertidos para reais totalizou R\$200.727, montante este, que somado ao valor de R\$8.148 referente a outras despesas e receitas operacionais como venda de energia excedente e tributação sobre essas vendas, totaliza o saldo de R\$192.579 de outras receitas (despesas) operacionais registrado na Demonstração do Resultado.

Porto Sudeste do Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2019
(Valores expressos em milhares, exceto quando mencionado de outra forma)

12. Títulos de remuneração variável--Continuação

Custos de transação

Os custos de emissão dos títulos, no montante total de R\$10.872 em 31 de dezembro de 2019 (R\$10.452 em 31 de dezembro de 2018), referentes a honorários legais externos e consultorias, foram lançados como redutores do passivo. O saldo dos títulos de remuneração variável registrado em 31 de dezembro de 2019 é de R\$8.547.470 (R\$8.694.332 em 31 de dezembro de 2018), líquido do custo de transação.

13. Impostos e contribuições a recolher

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
ISS	1.732	5.100	2.247	5.987
INSS terceiros	150	75	150	74
ICMS	596	123	597	123
IRRF e CSLL	1.091	766	1.092	768
CIDE sobre importação	66	57	66	57
PIS e COFINS sobre importação	3.117	3.750	3.122	3.758
Outros	23	23	23	23
	6.775	9.894	7.297	10.790

14. Partes relacionadas

Em 31 de dezembro de 2019, o controle compartilhado da Companhia era exercido pela Trafigura e Mubadala por meio do PSA Fundo de Investimento e Participações, que detinham 99,99% de participação acionária.

A Companhia mantém contratos de compartilhamento dos custos de atividades operacionais e financeiras firmados com a Trafigura Pte. Ltd.. Os custos das atividades sujeitas ao compartilhamento são medidos com base em folhas de tempo, sendo cobrados por meio de notas de débitos, cujos pagamentos são realizados conforme acordo entre as partes.

Porto Sudeste do Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2019
(Valores expressos em milhares, exceto quando mencionado de outra forma)

14. Partes relacionadas--Continuação

Os ativos com partes relacionadas são resumidos como segue:

	Controladora			
	Ativo			
	2019		2018	
	Nota de débito	Contas a receber	Nota de débito	Contas a receber
Trafigura Brasil	-	3.904	-	1.769
Porto Exportação	-	29.831	2.244	16.780
	-	33.735	2.244	18.549

	Consolidado					
	Ativo					
	2019			2018		
	Notas de débito	Contas a receber	Total	Notas de débito	Contas a receber	Total
Trafigura Brasil	-	3.904	3.904	-	1.769	1.769
Trafigura PTE	-	154.094	154.904	-	-	-
	-	157.998	157.998	-	1.769	1.769

Os passivos com partes relacionadas são resumidos como segue:

	Consolidado e Controladora					
	Passivo					
	2019			2018		
	Notas de débito	Contas a pagar	Total	Notas de débito	Contas a pagar	Total
Pedreira	-	(1.704)	(1.704)	-	(7.272)	(7.272)
Impala Terminals (custo compartilhado)	(659)	-	(659)	(569)	-	(569)
	(659)	(1.704)	(2.363)	(569)	(7.272)	(7.841)

	Consolidado	
	Passivo - adiantamento de clientes	
	2019	2018
Trafigura PTE	-	(26.744)
	-	(26.744)

Porto Sudeste do Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2019
(Valores expressos em milhares, exceto quando mencionado de outra forma)

14. Partes relacionadas--Continuação

O quadro abaixo demonstra o efeito no resultado das transações com partes relacionadas:

	Resultado (Receita)			
	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Trafigura PTE	-	-	1.706.351	769.574
Mineração Morro do Ipê	97.852	74.203	97.852	74.203
Porto Exportação	224.745	109.500	-	-
Trafigura (Brasil)	39.093	7.705	39.093	7.705
	361.690	191.408	1.843.296	851.482

	Resultado (Despesa)			
	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Impala Terminals	(3.548)	(2.076)	(3.548)	(2.076)
	(3.548)	(2.076)	(3.548)	(2.076)

Remuneração dos administradores

O montante de R\$3.911 (R\$5.515 em 31 de dezembro de 2018) refere-se à remuneração dos administradores-chave da Companhia pago em 2019.

A Companhia e suas controladas não concedem benefícios pós-emprego, benefícios de rescisão de contrato de trabalho ou outros benefícios de longo prazo para os membros da Administração.

15. Imposto de renda e contribuição social

a) Imposto de renda e contribuição social diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos foram calculados à alíquota de 34%. A legislação fiscal brasileira permite que prejuízos fiscais sejam compensados com lucros tributáveis futuros por prazo indefinido; no entanto, esta compensação é limitada a 30% do lucro tributável de cada período de apuração.

Porto Sudeste do Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2019
(Valores expressos em milhares, exceto quando mencionado de outra forma)

15. Imposto de renda e contribuição social--Continuação

a) Imposto de renda e contribuição social diferidos--Continuação

A composição do saldo em 31 de dezembro de 2019 é como segue:

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Impostos diferidos ativos (passivos)				
Prejuízos fiscais	497.156	378.572	497.536	378.954
Base negativa de contribuição social	178.976	136.287	179.113	136.423
Despesas pré-operacionais tratadas como ativo diferido para fins fiscais	244.437	285.092	244.437	285.092
Amortização da licença	42.999	26.682	42.999	26.682
Ajuste a valor presente dos <i>royalties</i>	(238.603)	(106.329)	(238.603)	(106.329)
Efeito no imobilizado e intangível oriundo da mudança de moeda funcional (a)	162.096	32.679	162.269	32.558
Variação cambial sobre os <i>royalties</i> e empréstimos de 2016 (b)	35.102	(43.247)	34.770	(42.817)
Outros	5.473	1.430	5.681	1.430
Provisão para perda pela não realização (a)	(927.636)	(711.166)	(928.202)	(711.993)
	-	-	-	-

(a) Considerando o fato da Companhia ter alterado sua moeda funcional para o dólar e, ainda, a valorização do dólar comparada ao real em 2019, a base fiscal do imobilizado e intangível ficou superior a respectiva base contábil, gerando, portanto, um crédito fiscal diferido consolidado no montante total de R\$162.269 (R\$32.558 em 31 de dezembro de 2018) e o montante de R\$162.096 na Controladora (32.679 em 31 de dezembro de 2018). A Administração, considerando que o Porto ainda encontra-se em período de *ramp-up*, conservadoramente, em razão de ainda não haver consistentes perspectivas quanto a sua realização, optou por reconhecer o ativo fiscal diferido no limite do passivo fiscal diferido. Dessa forma, do valor total deste crédito consolidado, R\$765.933 (R\$679.435 em 31 de dezembro de 2018) e controladora R\$765.541 (R\$678.487 em 31 de dezembro de 2018) foram reconhecidos até 31 de dezembro de 2019.

(b) Refere-se principalmente à diferença entre a base contábil e fiscal dos títulos de remuneração variável. Embora a moeda funcional da Companhia seja o dólar, para fins fiscais, a Companhia reconhece a variação cambial correspondente, cuja receita será tributada, ou despesa dedutível, quando da liquidação da obrigação.

b) Resultado do exercício

A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas nominais *versus* a despesa registrada nos exercícios é demonstrada como segue:

Porto Sudeste do Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2019
(Valores expressos em milhares, exceto quando mencionado de outra forma)

15. Imposto de renda e contribuição social--Continuação

b) Resultado do exercício--Continuação

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Resultado do exercício antes do imposto de renda e contribuição social	(35.419)	(129.640)	(35.419)	(126.640)
Crédito de imposto de renda e contribuição social à alíquota nominal (34%)	12.042	44.078	12.042	44.078
	(23.377)	(82.562)	(23.377)	(82.562)
Ajustes para conciliação da alíquota nominal à efetiva:				
Ajustes de conversão do balanço em moeda funcional	(406.220)	(2.134.942)	(334.774)	(2.136.375)
(Exclusões/adições) permanentes líquidas	114.756	76.763	115.787	77.494
(Exclusões/adições) temporárias líquidas	(218.292)	1.676.504	(219.920)	1.671.039
Adições temporárias	290.322	1.808.335	290.935	1.808.335
(+) Provisão para pagamento de <i>royalties</i>				
(+) Amortização das licenças	47.992	43.918	47.992	43.918
(+) Variação cambial não realizada	230.438	1.764.418	230.438	1.764.418
(+) Gratificações	2.457	-	2.456	-
(+) Outros	9.435	-	10.049	-
Exclusões temporárias	(508.614)	(131.831)	(510.855)	(137.296)
(-) Amortização de despesas pré-operacionais	(119.572)	(119.786)	(119.572)	(119.786)
(-) Gratificações	-	(690)	-	(690)
(-) Variação cambial não realizada	-	-	(2.241)	(5.720)
(-) Provisão para pagamento de <i>royalties</i>	(389.042)	(11.100)	(389.042)	(11.100)
(-) Outros	-	(255)	-	(255)
Base para cálculo de imposto de renda e contribuição social diferido - prejuízo fiscal/ base negativa	(468.586)	(511.315)	(474.327)	(517.482)
Base para cálculo de imposto de renda e contribuição social diferido - diferenças temporárias	218.292	(1.676.504)	219.920	(1.671.039)
Imposto de renda e contribuição social correntes	-	-	-	-
Imposto de renda e contribuição social - base negativa	(185.360)	(173.847)	(161.271)	(175.944)
Imposto de renda e contribuição social diferidos - diferenças temporárias	74.219	(570.011)	74.773	(568.153)
	(111.141)	743.858	(86.498)	744.097
Alíquota efetiva de IR e CS	313,79%	573,79%	244,21%	573,97%

Porto Sudeste do Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2019
(Valores expressos em milhares, exceto quando mencionado de outra forma)

16. Patrimônio líquido

a) Capital social

O capital social da Porto Sudeste tem a seguinte composição:

<u>Quotistas</u>	<u>Quantidade de quotas</u>	<u>R\$</u>	<u>%</u>
PSA Fundo de Investimentos e Participações	974.268.518	2.890.544	99,26%
Porto Sudeste Participações S.A. ("Grupo MMX")	6.336.766	18.800	0,65%
Gaboard Participações Ltda.	876.275	2.600	0,09%
Total	981.481.559	2.911.944	100%

Em fevereiro de 2014, como parte da reestruturação descrita na Nota 1, mútuo de R\$103.334 e os adiantamentos para futuro aumento de capital, no valor R\$348.381, foram capitalizados. Na mesma data, a Companhia incorporou sua controladora gerando um aumento no capital social de R\$1.442.530, e imediatamente após a incorporação, cancelou as quotas correspondentes ao seu patrimônio líquido, no valor de R\$1.074.801. Adicionalmente, em agosto de 2014, os acionistas Trafigura e Mubadala efetuaram aporte de capital no valor de R\$45.508, dos quais R\$29.580 foram efetuados por meio do PSA Fundo de Investimentos e Participações, e R\$15.928 por meio da investida Gaboard Participações Ltda. Após os referidos aumentos de capital, o Grupo MMX foi diluído para 30,75%.

Em agosto de 2015, os acionistas Trafigura e Mubadala efetuaram aporte de capital por meio do PSA Fundo de Investimentos e Participações, no valor de R\$408.029. Após o referido aumento de capital, o Grupo MMX foi diluído e passou a deter 4,76% de participação na Companhia.

Em março de 2017, foi integralizado o valor de US\$50.000 equivalentes a R\$169.874 recebidos a título de adiantamento para futuro aumento de capital em junho e outubro de 2016, por meio do PSA Fundo de Investimento e Participações. Após o referido aumento de capital, o Grupo MMX foi diluído e passou a deter 1,54% de participação na Companhia.

Em maio de 2018, foi integralizado o valor de US\$100.000 equivalentes a R\$325.241 recebidos a título de adiantamento para futuro aumento de capital em maio, julho e novembro de 2017, por meio do PSA Fundo de Investimento e Participações. Após o referido aumento de capital, o Grupo MMX foi diluído e passou a deter 0,93% de participação na Companhia.

Porto Sudeste do Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2019
(Valores expressos em milhares, exceto quando mencionado de outra forma)

16. Patrimônio líquido--Continuação

a) Capital social--Continuação

Em 29 de abril de 2019, foi integralizado o valor de US\$44.700 equivalentes a R\$162.533 recebidos a título de adiantamento para futuro aumento de capital em maio de 2018 e fevereiro de 2019, por meio do PSA Fundo de Investimento e Participações. Após o referido aumento de capital, o Grupo MMX foi diluído e passou a deter 0,65% de participação na Companhia.

b) Ajustes acumulados de conversão

Representados pelo registro contábil da variação cambial da Companhia e suas controladas, foram registrados os montantes de R\$85.696 na Controladora e R\$85.696 no Consolidado em 31 de dezembro de 2019, para atendimento ao Pronunciamento Técnico CPC 02.

17. Receita líquida de serviços

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Receita bruta	572.703	283.532	2.054.309	943.607
(-) Deduções sobre vendas				
ISS	(28.634)	(14.177)	(28.635)	(14.177)
PIS	(9.015)	(4.678)	(9.015)	(4.678)
COFINS	(41.526)	(21.548)	(41.526)	(21.548)
Outros (vendas canceladas)	-	-	(51.137)	(5.162)
Receita líquida	493.528	243.129	1.923.996	898.042

18. Custo dos produtos vendidos e serviços prestados

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Custo dos produtos vendidos (*)	-	-	(1.414.029)	(645.153)
Custos com materiais	(19.503)	(12.707)	(19.495)	(12.707)
Utilidades	(20.693)	(13.739)	(20.693)	(13.739)
Manutenção	(3.028)	(3.708)	(2.985)	(3.708)
Aluguel de equipamentos	(19.928)	(8.582)	(19.940)	(9.080)
Seguro	(8.549)	(8.066)	(8.654)	(8.320)
Serviços externos	(18.357)	(14.762)	(21.919)	(16.977)
Salários	(40.932)	(36.595)	(43.816)	(36.640)
Outros	(3.458)	(2.160)	(5.111)	(2.657)
	(134.448)	(100.319)	(1.556.642)	(748.981)

(*) Refere-se substancialmente ao minério de ferro comprado para revenda mais custos diretos, tais como frete.

Porto Sudeste do Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2019
(Valores expressos em milhares, exceto quando mencionado de outra forma)

19. Despesas administrativas por natureza

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Depreciação e amortização	(228.091)	(172.241)	(228.153)	(172.466)
Serviços com terceiros	(15.447)	(14.772)	(14.837)	(15.720)
Salários	(13.999)	(16.035)	(18.456)	(16.050)
Manutenção e conservação	(620)	(682)	(703)	(682)
Materiais	(500)	(492)	(508)	(492)
Aluguéis e arrendamentos	(426)	(340)	(447)	(340)
Combustíveis/comunicação	(93)	(211)	(99)	(211)
Outros	(3.518)	(2.076)	(3.842)	(2.076)
	(262.694)	(206.849)	(267.045)	(208.037)

20. Resultado financeiro

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Despesas financeiras				
Juros	(476.549)	(740.366)	(477.831)	(740.427)
IOF	(522)	(171)	(537)	(181)
Impostos sobre resultados financeiros	(144)	(113)	(211)	(136)
Outros	(759)	(741)	(840)	(809)
	(477.974)	(741.391)	(479.418)	(741.553)
Receitas financeiras				
Rendimento de aplicações financeiras	3.031	1.896	4.472	2.397
Ajuste a valor presente sobre <i>royalties</i>	63.388	32.062	63.388	32.062
Variação cambial (*)	82.800	362.132	83.142	363.994
Juros	-	432	-	432
Outros	58	-	118	-
	149.277	396.522	151.120	398,885
Resultado financeiro líquido	(328.697)	(344.869)	(328.298)	(342.669)

(*) O efeito de variação cambial no resultado refere-se ao endividamento denominado em reais, considerando que a moeda funcional da Companhia passou a ser o dólar em janeiro de 2016.

21. Compromissos assumidos

A Companhia e suas controladas possuem contratos firmados junto a fornecedores de bens e serviços dos projetos e bases operacionais, no valor aproximado em US\$29.270, que convertidos pela taxa de 31 de dezembro de 2019, fica o montante de R\$117.979 representados principalmente por contratos para aquisição de equipamentos e obras civis relacionados a projetos de investimento corrente.

Porto Sudeste do Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2019
(Valores expressos em milhares, exceto quando mencionado de outra forma)

22. Instrumentos financeiros e gerenciamento de risco

A Companhia realiza o gerenciamento de risco no âmbito consolidado, aproveitando a possível sinergia entre os negócios para dirimir o risco.

O conceito do “valor justo” prevê a avaliação de ativos e passivos com base nos preços de mercado, quando se tratar de ativos com liquidez, ou em metodologias matemáticas de precificação, caso contrário. O nível de hierarquia do valor justo fornece prioridade para preços cotados não ajustados em mercado ativo.

A Administração dos instrumentos financeiros é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos, visando à liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das taxas contratadas *versus* as vigentes no mercado. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo com instrumentos financeiros derivativos ou quaisquer outros ativos de risco, sendo essa determinação prevista na política de gerenciamento de risco.

A Companhia e suas controladas não possuíam instrumentos derivativos e de *hedge* contratados em 31 de dezembro de 2019 e 2018.

A classificação e a mensuração dos principais ativos financeiros por categoria são os seguintes:

	Consolidado			Consolidado		
	2019			2018		
Ativos financeiros	Ativos ao custo amortizado	Ativos ao valor justo através do resultado	Total	Ativos ao custo amortizado	Ativos ao valor justo através do resultado	Total
Caixa e equivalentes de caixa e Títulos e valores mobiliários	-	74.129	74.129	-	41.330	41.330
Contas a receber de clientes	37.879	-	37.879	28.291	-	28.291
Contas a receber de partes relacionadas	157.998	-	157.998	1.769	-	1.769
	195.877	74.129	270.006	30.060	41.330	71.390

Os principais passivos financeiros, exceto por instrumentos financeiros, são classificados e mensurados ao custo amortizado, como se segue:

Passivos financeiros	Consolidado	
	2019	2018
Fornecedores	(120.916)	(48.741)
Empréstimos e financiamentos	(6.026.638)	(5.585.631)
Contas a pagar a partes relacionadas	(659)	(569)
	(6.148.213)	(5.634.941)

Porto Sudeste do Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2019
(Valores expressos em milhares, exceto quando mencionado de outra forma)

22. Instrumentos financeiros e gerenciamento de risco--Continuação

Objetivos e estratégias de gerenciamento de riscos

A Companhia possui política formal para gerenciamento dos riscos financeiros. A contratação de instrumentos financeiros com o objetivo de proteção patrimonial (*hedge*) é feita por meio de uma análise da exposição ao risco (câmbio, taxa de juros entre outros riscos) e obedece à estratégia aprovada pela Administração.

As diretrizes de proteção são aplicadas de acordo com o tipo de exposição. Os fatores de risco relacionados a moedas estrangeiras deverão ser obrigatoriamente neutralizados no curto prazo (até um ano), podendo a proteção se estender a um prazo maior. A tomada de decisão frente ao risco das taxas de juros e inflação oriundas dos passivos adquiridos será avaliada no contexto econômico e operacional e ocorrerá quando a Administração considerar o risco relevante.

Risco de mercado e financeiros

A Companhia entende que não existe risco relevante considerando as variáveis as quais os empréstimos e financiamentos estão expostos no final do exercício. As variáveis de riscos, em um prazo projetado de 12 meses, são: (i) exposição à flutuação do dólar norte-americano e a exposição à flutuação nas taxas de juros Libor e TJLP (Taxa de Juro de Longo Prazo). A Companhia entende que as despesas financeiras oriundas da flutuação da taxa do dólar serão naturalmente protegidas pelas receitas da Companhia que também serão denominadas na mesma moeda. A TJLP não representa risco relevante na avaliação da Companhia.

Os preços globais do minério de ferro se valorizaram em mais de 34% no ano de 2019, principalmente pelo aumento da demanda chinesa e impulsionado por conta de ocorrências variadas de mercado. A Administração entende que a cotação do minério de ferro para o ano de 2020 é um risco que pode impactar os volumes e tarifas projetados no plano de negócios; entretanto, no longo prazo, há a perspectiva de aumento de demanda.

Risco cambial

A Companhia está suscetível a sofrer variações, em função dos efeitos da volatilidade da taxa de câmbio sobre as transações atreladas a moedas estrangeiras, principalmente em operações de empréstimos e financiamentos e títulos de remuneração variável. Considerando que os contratos de embarque de minério serão negociados em dólar, a Companhia possui um *hedge* natural, motivo pelo qual com o início das operações, a Administração alterou a moeda funcional para o dólar. Com a alteração da moeda funcional, a Companhia fica exposta, contabilmente, no endividamento denominado em reais. Flutuações na taxa de câmbio podem gerar efeitos adversos nas demonstrações financeiras.

Porto Sudeste do Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2019
(Valores expressos em milhares, exceto quando mencionado de outra forma)

22. Instrumentos financeiros e gerenciamento de risco--Continuação

Risco de taxa de juros

Risco de deslocamento das estruturas de juros que podem estar associadas aos fluxos de pagamento de principal e juros de dívida. A Porto Sudeste possui sua dívida indexada a taxas flutuantes. Contudo, as linhas são cerca de 35,03% ligadas à TJLP e 57,91% ligadas à Libor, 7,05% ligadas à UMBNDES (Cesta de Moedas) e 0,01% ligadas à taxa fixa. Adicionalmente, a Administração monitora o risco associado à incerteza sobre o fluxo de caixa no médio e longo prazos decorrente da indexação a taxas flutuantes e, se necessário for, pode fixar a remuneração da dívida através de operações de *hedge*.

Risco de liquidez

A Companhia monitora seu nível de liquidez considerando os fluxos de caixa esperados em contrapartida ao montante disponível de caixa e equivalentes de caixa. A gestão do risco de liquidez implica em manter caixa, títulos e valores mobiliários suficientes e capacidade de liquidar posições de mercado nos respectivos vencimentos.

As disponibilidades são suficientes para honrar as despesas operacionais ao longo dos próximos 90 dias. Além disso, há que se considerar a geração de caixa oriunda das prestações de serviços portuários e as linhas de crédito em aberto com bancos para operações ou *Trade Finance*, garantidas pelos contratos de fornecimento de minério de ferro em vigor.

Contudo, para os próximos 12 meses e de acordo com os contratos da dívida sênior ainda dependerá do suporte financeiro de seus acionistas e/ou recurso de terceiros para suportar certas obrigações que não podem ser quitadas a partir do fluxo de caixa operacional (tais como taxas de garantias bancárias, investimentos não relacionados à manutenção) conforme descrito na Nota Explicativa nº 1.

O quadro abaixo demonstra a projeção de liquidação do passivo em 31 de dezembro de 2019:

	Fluxos futuros projetados para o vencimento					Total
	Até 6 meses	De 6 a 12 meses	De 1 a 2 anos	De 2 a 5 anos	Mais que 5 anos	
Passivos financeiros						
Fornecedores	101.456	-	-	-	-	101.456
Partes relacionadas	659	-	-	-	-	659
Empréstimos e financiamentos	288.092	363.919	437.643	992.793	3.767.736	5.850.183
<i>Royalties</i>	-	-	-	958.758	67.760.219	68.718.977
Total por faixa de prazo	390.207	363.919	437.643	1.951.552	71.527.955	74.671.276

Porto Sudeste do Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2019
(Valores expressos em milhares, exceto quando mencionado de outra forma)

22. Instrumentos financeiros e gerenciamento de risco--Continuação

Risco de crédito

O risco de crédito decorre da possibilidade da Companhia e de suas controladas sofrerem perdas em função da inadimplência de suas contrapartes ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros. Esse fator de risco pode ser oriundo de operações comerciais e da gestão de caixa.

Para mitigar os riscos, a Companhia adota como prática a análise da situação financeira e patrimonial de suas contrapartes, assim como o acompanhamento permanente das posições em aberto. A Companhia possui uma Política de Aplicações Financeiras, na qual estabelece limites de aplicação por instituição e considera a avaliação de *rating* como referencial para limitar o montante aplicado. Os prazos médios são constantemente avaliados, bem como os indexadores das aplicações para fins de diversificação do portfólio.

As operações da Companhia estão sujeitas aos riscos de crédito abaixo descritos:

Posições representativas do risco de crédito	Consolidado	
	2019	2018
Caixa e equivalentes de caixa	74.129	41.330
Contas a receber de clientes	37.879	28.291
Depósito vinculado	10.480	10.113
	122.488	79.734

23. Cobertura de seguros

A Companhia e suas controladas contratam cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados pela Administração como suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade.

As coberturas contratadas englobam riscos como responsabilidade civil, seguro automóvel, contra incêndio, riscos operacionais, além de uma apólice de seguro de vida em grupo para os nossos colaboradores.

Porto Sudeste do Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2019
(Valores expressos em milhares, exceto quando mencionado de outra forma)

23. Cobertura de seguros--Continuação

Risco coberto	Limite máximo de cobertura
Responsabilidade civil dos administradores	R\$20.000
Apólice de operador portuário - responsabilidade civil	US\$200.000
Apólice de operador portuário - danos físicos	US\$200.000

A Companhia considera que as coberturas destas apólices são consistentes às utilizadas em seu segmento e são contratadas de acordo com os objetivos da Companhia obedecendo às melhores práticas de gestão de risco.

24. Eventos subsequentes

A Administração da Companhia está monitorando os efeitos do novo Coronavírus (COVID-19) em suas operações, entretanto, mesmo as operações sendo em sua grande maioria realizadas entre partes relacionadas, além das operações portuárias serem atividades essenciais não é possível afirmar que não teremos impactos relevantes nos negócios.. Diante da fluidez e da celeridade do desenvolvimento da pandemia, a Administração, juntamente com seus Acionistas, segue trabalhando na avaliação de medidas mitigatórias com o intuito de evitar impactos significativos para o negócio no curto, médio e longo prazo. A Administração da Companhia reconhece que a probabilidade de fraca demanda mundial aliada à queda do preço do minério de ferro acabará por gerar impactos negativos na geração de caixa da Companhia, o que combinado a outros fatores relacionados à pandemia poderão impactar diretamente na produção e cadeia logística das mineradoras e conseqüentemente impactando nas operações portuárias.

Nesse sentido, o fluxo de caixa de curto prazo está sendo monitorado, mantendo-se uma disciplina rigorosa sobre o capital de giro, particularmente em relação à cobrança de contas a receber e à gestão da formação de estoques, mediante contato regular com os fornecedores para identificação de quaisquer riscos potenciais.

Porto Sudeste do Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2019
(Valores expressos em milhares, exceto quando mencionado de outra forma)

Conselho de Administração

Julien Rolland - Presidente
Oscar Pekka Fahlgren - Vice-Presidente
Carlos Gonzalez - Conselheiro
Hani Barhoush - Conselheiro
Carlos Bernardo Pons Navazo - Conselheiro
Christian Felix Brandtner - Conselheiro
Matthew John Hurn - Conselheiro

Diretoria

Guilherme Caiado - Diretor de Operações
Nicolau Gaeta - Diretor Financeiro e de Relações com Investidores



Alexandre Carvalho de Andrade
Contador
CRC-RJ 114354/O-4